



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ – CCIM
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

AMANDA SILVA DOS SAANTOS

CULPABILIZAÇÃO FETICIZADA E O TRABALHO DOS
FLANELINHAS EM IMPERATRIZ/MA: Uma leitura marxista da
invisibilidade social

IMPERATRIZ-MA
2026



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ – CCIM
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

AMANDA SILVA DOS SANTOS

CULPABILIZAÇÃO FETICHIZADA E O TRABALHO DOS FLANELINHAS EM IMPERATRIZ/MA: Uma leitura marxista da invisibilidade social

Trabalho de Conclusão de Curso, tipo
Artigo Científico apresentado ao Curso
de Licenciatura em Ciências
Humanas/Sociologia, do Centro de
Ciências de Imperatriz, da Universidade
Federal do Maranhão, como requisito
parcial para obtenção do grau de
Licenciado em Ciências Humanas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ - CCIM
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Peixoto Faria Nogueira

IMPERATRIZ-MA
2026



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ – CCIM
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

AMANDA SILVA DOS SANTOS

**CULPABILIZAÇÃO FETICHIZADA E O TRABALHO DOS
FLANELINHAS EM IMPERATRIZ/MA: Uma leitura marxista da
invisibilidade social**

Trabalho de Conclusão de Curso, tipo
Artigo Científico apresentado ao Curso
de Licenciatura em Ciências
Humanas/Sociologia, do Centro de
Ciências de Imperatriz, da Universidade
Federal do Maranhão, como requisito
parcial para obtenção do grau de
Licenciado em Ciências Humanas.

Aprovado em: 20/01/2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Peixoto Faria Nogueira

Orientador/a

Universidade Federal do Maranhão

Dr. Luciano Rocha da Penha

Universidade Federal do Maranhão

Dr. Wellington da Silva Conceição

Universidade Federal do Maranhão

Me. Filipe André Von Nordeck Sousa Ferreira

Universidade Federal do Maranhão

Me. Samir de Barros Rebêlo

Universidade Federal do Maranhão

(As assinaturas dos membros da banca examinadora constam na ata de defesa, conforme
legislação vigente.)



AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder força, saúde e perseverança ao longo desta caminhada.

Ao meu filho Pedro Gabriel, razão da minha força diária, mesmo sem saber, ele é fonte constante de incentivo e inspiração. Nossas conversas desafiadoras, sobre a vida e, sobretudo, sobre o conhecimento e o estudo, reforçam em mim o compromisso de mostrar que é por meio deles que conquistamos o poder de escolha. A educação, ainda hoje, permanece como o caminho mais seguro para o crescimento pessoal e profissional.

À minha mãe, pela força, dedicação e fé que sempre representaram um alicerce fundamental em minha vida.

À minha grande família, vó, tias, tios, primas e primos pela torcida, união e amor. Em especial, às minhas irmãs e ao meu irmão, **Andrea, Natália e Acácio**, pelo amor incondicional.

À Andrea, por ser luz em meu caminhar; à Natália, pela parceria firme, coragem e acolhimento constantes, que muitas vezes se expressaram apenas em um olhar; e ao Acácio, que se fez e se faz presente na caminhada da vida.

Ao meu padrasto, Francisco, que, de sua forma calma e silenciosa, esteve sempre na torcida. Aos meus sobrinho e sobrinhas, **Mariana, Maria Luiza e José Neto**, bem como ao cunhado **Junior** e à cunhada **Itaiana**, pela presença e apoio no dia a dia.

Aos colegas de curso, pela parceria, troca de conhecimentos e pela jornada compartilhada. Mesmo diante das adversidades encontradas ao longo do caminho, conseguimos manter a união e o fortalecimento. Destaco, com profunda emoção, a perda precoce, inesperada da **Prinscila** no decorrer do curso, seguimos firmes, sem desistir.

Aos trabalhadores Flanelinhas que participaram da pesquisa e de forma única, contribuíram para a sua consolidação.

Agradeço, de maneira especial, ao meu orientador, **Prof. Dr. Alexandre Peixoto Faria Nogueira**, por sua dedicação, incentivo e valiosas contribuições na construção deste trabalho. Seu apoio foi fundamental desde a apresentação do projeto de monografia na disciplina TCC II, por ele ministrada, quando me mostrou que eu estava no caminho certo. Muito obrigada por tudo.



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ – CCIM
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

Aos demais professores e professoras do curso de **Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia**, pela contribuição na transmissão de conhecimentos e pela formação acadêmica proporcionada.

Por fim, agradeço a todos e todas que, direta ou indiretamente, fizeram parte dessa trajetória e contribuíram para a minha formação. Muito obrigada!

CULPABILIZAÇÃO FETICHIZADA E O TRABALHO DOS FLANELINHAS EM IMPERATRIZ/MA: Uma leitura marxista da invisibilidade social

FETISHIZED BLAME AND INFORMAL CAR GUARD LABOR IN IMPERATRIZ/MA, BRAZIL: A Marxist Analysis of Social Invisibility

Amanda Silva dos Santos – UFMA – amandasantos.itz@gmail.com

Resumo: A invisibilidade social é uma discussão fundamental, especialmente quando relacionada a grupos marginalizados como os flanelinhas e inserida em um contexto urbano específico como a área central em Imperatriz/MA. Esses trabalhadores exercem suas atividades em espaços públicos e urbanos, sendo frequentemente estigmatizados, criminalizados e responsabilizados individualmente por sua condição social. O presente estudo teve como objetivo analisar o fenômeno da culpabilização fetichizada associado ao trabalho dos flanelinhas, a partir de uma leitura marxista da invisibilidade social que atravessa essa forma de trabalho. Fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, aguçando categorias centrais do pensamento marxista como fetichismo da mercadoria, alienação e exploração do trabalho para compreender como as determinações estruturais do modo de produção capitalista são ocultadas por discursos que individualizam a pobreza e naturalizam a exclusão social. Com uma pesquisa de abordagem qualitativa e de caráter bibliográfico, articulada à análise empírica da invisibilidade social local. Os resultados indicaram que a culpabilização fetichizada opera como um mecanismo ideológico que desloca a atenção das contradições estruturais do capital, atribuindo aos próprios trabalhadores a responsabilidade por sua marginalização. De forma que, tal processo contribui para a reprodução da invisibilidade social, para a legitimação da negação de direitos e para o reforço de práticas de controle e repressão sobre esses sujeitos. Assim, conclui-se que a compreensão crítica do trabalho dos flanelinhas, sob a perspectiva marxista, é fundamental para dar mais clareza as relações de exploração e desigualdade que sustentam o capitalismo periférico, bem como para orientar políticas públicas comprometidas e subsidiadas com a justiça social.

Palavras-chaves: Invisibilidade social, flanelinhas, trabalho informal, culpabilização fetichizada.

Abstract: Social invisibility is a fundamental issue, particularly when examined in relation to marginalized groups such as informal car guards, within a specific urban context like the central area of Imperatriz, Brazil. These workers carry out their activities in public urban spaces and are frequently stigmatized, criminalized, and individually blamed for their social condition. This study aims to analyze the phenomenon of fetishized blame associated with the work of informal car guards, drawing on a Marxist interpretation of the social invisibility that permeates this form of labor. Grounded in historical-dialectical materialism, the analysis mobilizes central categories of Marxist thought—such as commodity fetishism, alienation, and labor exploitation—to examine how the structural determinations of the capitalist mode of production are obscured by discourses that individualize poverty and naturalize social exclusion. The research adopts a qualitative approach, combining a bibliographic

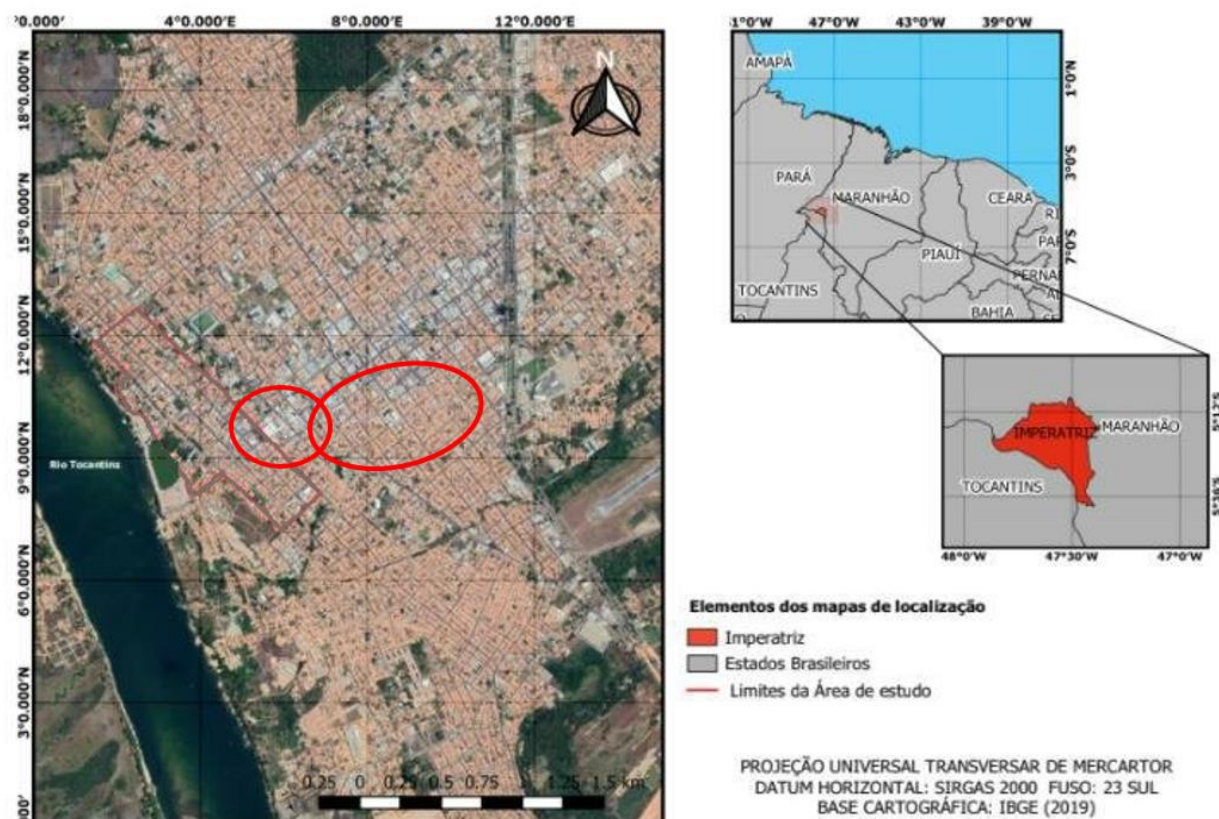
review with an empirical analysis of local social invisibility. The findings indicate that fetishized blame operates as an ideological mechanism that diverts attention from the structural contradictions of capital, attributing responsibility for marginalization to the workers themselves. This process contributes to the reproduction of social invisibility, legitimizes the denial of rights, and reinforces practices of control and repression directed at these subjects. The study concludes that a critical understanding of informal car guard labor from a Marxist perspective is essential to elucidate the relations of exploitation and inequality that sustain peripheral capitalism, as well as to inform public policies grounded in social justice.

Keywords: Social invisibility; informal car guards; informal labor; fetishized blame.

Introdução

A intenção em realizar esta pesquisa se deu por observar o trabalho dos flanelinhas (os guardadores de carros) nas ruas, em específico na área central¹ da cidade de Imperatriz/MA, como podemos referenciar na Figura 01, onde se observa a total invisibilidade em relação a estes trabalhadores, que mesmo na informalidade e em condições bastante precárias estão exercendo alguma atividade laboral sem nenhum ou quase nenhum tipo de assistência, que seja por parte dos governos ou da iniciativa privada.

Figura 01: Localização da Área de Estudo



Fonte: LIMA, Dayane da Silva; SANTOS, Gabriel Alves; PINHEIRO, Klewton *et al.* (2022)

Adaptado: Pelos autores.

Essa percepção inicial já revela uma marca estrutural do capitalismo dependente brasileiro, a produção de amplos contingentes de trabalhadores excedentes, a chamada superpopulação relativa (Marx, 2017). O autor explica que,

¹ Consideramos nessa pesquisa como área central da cidade de Imperatriz/MA, o Setor Mercadinho (círculo maior da Figura 01), o Calçadão (centro comercial) (círculo menor da Figura 01) e suas ruas circunvizinhas. Essa área é caracterizada por intensa concentração de comércio tanto varejistas, quanto atacadista e feiras públicas.

em todas as fases de desenvolvimento capitalista, o sistema mantém deliberadamente uma massa de trabalhadores descartáveis, que podem ser mobilizados ou abandonados conforme a conveniência do capital. Os flanelinhas, nessa perspectiva, não constituem um acidente social, mas um produto necessário e funcional ao modo de produção. A informalidade que os absorve opera como uma válvula de escape estrutural, deslocando responsabilidades sociais do Estado e do capital para o próprio indivíduo.

Além disso, a ilegalidade que marca essa ocupação não é meramente jurídica é uma forma de ilegalidade produzida, na qual o Estado simultaneamente tolera, explora politicamente e invisibiliza esses sujeitos. O trabalho é real e socialmente útil, mas se encontra fora das formas socialmente reconhecidas porque não se estrutura sob a forma jurídica da mercadoria força de trabalho contratada. A invisibilidade observada nas ruas está, portanto, vinculada à forma-mercadoria e aos mecanismos de reconhecimento instituídos pelo capital.

Segundo Antunes (2009; 2018), no que diz respeito ao mundo do trabalho, pode-se presenciar um conjunto de tendências que, em seus traços básicos, configuram um quadro crítico e que têm sido experimentadas em diversas partes do mundo onde vigora a lógica do capital.

Ainda segundo o autor, o capitalismo contemporâneo, marcado pela reestruturação produtiva, pela terceirização, pela plataformização e pela flexibilização, aprofunda processos de precarização que já eram característicos da periferia global. A informalidade aparece como uma das expressões mais agudas da *subsunção real* do trabalho ao capital. Aqui, os flanelinhas simbolizam o que Antunes (2018), chama de “novo proletariado de serviços precarizados”, ou seja, trabalhadores sem estabilidade, sem direitos, sem reconhecimento e expostos a formas extremas de vulnerabilidade.

Assim, o trabalho dos flanelinhas deve ser entendido como parte da dinâmica da acumulação capitalista, que precisa de uma massa de trabalhadores desprotegidos para ajustar a oferta e a demanda de força de trabalho, garantindo a pressão descendente sobre salários e direitos. Trata-se, portanto, de uma expressão radical daquilo que Marx (2017) descreveu como o caráter destrutivo e excludente do capitalismo na reprodução do trabalho vivo.

Dessa forma, a informalidade não é uma ausência de trabalho formal, mas um modo de organização estrutural do trabalho no capitalismo brasileiro, que opera

historicamente a partir da colonialidade, do racismo estrutural e da desigualdade social. A invisibilidade, assim, é apenas a face subjetivada de uma inserção objetiva precária.

De forma que as pessoas procuram alguma forma de sobrevivência e subsistência. E como esse trabalho exercido pelos flanelinhas é um trabalho constante, porém invisível à sociedade e pouco se encontram pesquisas acerca do tema, pretende-se com a pesquisa entender o motivo de esses trabalhadores estarem nas ruas.

A busca pela sobrevivência que leva trabalhadores às ruas relaciona-se ao que Marx (2017) denominou luta pela vida do trabalhador livre sob o capitalismo. O trabalhador livre não é livre porque escolhe onde trabalhar, mas porque não possui meios de subsistência que lhe permitam viver sem vender sua força de trabalho. Quando não há mercado capaz de absorver sua força de trabalho formalmente, o trabalhador é jogado para o exterior do capital, mas sem jamais dele escapar.

Lukács (2003) denomina esses sujeitos de figuras marginais da sociedade capitalista, cuja existência não é um erro, mas uma necessidade sistêmica, fruto da própria forma social fundada na extração da mais-valia. Assim, a análise do motivo de estarem nas ruas requer compreender as determinações econômicas, políticas e sociais que empurram esses sujeitos para zonas de exclusão, compondo um exército industrial de reserva ampliado.

A busca pela sobrevivência e subsistência está diretamente ligada ao fato de que no capitalismo “o trabalhador só existe como trabalhador enquanto se submete às necessidades da produção de capital” (Marx, 2017, p.49). Quando essa produção não absorve sua força de trabalho, ele é jogado para formas de subsistência extra assalariadas, mas ainda vinculadas à lógica mercantil, como é o caso dos flanelinhas.

Essa contradição é aprofundada pela condição brasileira, marcada pelo que Souza (2011) denomina ralé estrutural, um conjunto de indivíduos historicamente condenados à precariedade e a trabalhos desvalorizados por uma combinação de fatores econômicos, raciais e culturais. Investigar o motivo de estarem nas ruas, portanto, não é uma análise individual, mas estrutural, ou seja, envolve compreender como a produção social da invisibilidade opera por meio da desigualdade, da precarização e da falta de reconhecimento político, jurídico e simbólico desses sujeitos.

Como citarei mais a frente, às pessoas já estão acostumados em encontrar

peessoas trabalhando na informalidade e se quer sintam-se incomodadas, são indiferentes às formas de trabalho, seja ela com ou sem vínculo.

Acabamos habituados às conversas magra e pálida, anoréxicas. É porque ficamos todos nós também anoréxicos, recusando o sabor dos outros, azedume ou doçura, não importa, sem que seja possível alimentar-se da presença do outro. A conversa econômica, magra por assim dizer, é resultado de olhar estreito que no mundo mercantil admitimos em geral, anestesiados (Costa e Constantino, 2007).

Essa normalização da informalidade deve ser entendida como parte da naturalização ideológica da desigualdade capitalista (Althusser, 1985). O cotidiano urbano cria uma forma de anestesia coletiva que impede a percepção crítica. Trata-se de um processo de cotidianização da barbárie (Martins 2002; Lefebvre, 2001), ou seja, aquilo que é estruturalmente violento se torna habitual.

A indiferença social não é espontânea, mas socialmente produzida. De acordo com Gramsci (2000, v.1), trata-se de um elemento central da hegemonia burguesa: a capacidade de transformar relações historicamente construídas em formas aparentemente naturais, inscritas no senso comum. Logo, a invisibilidade do flanelinha é resultado de uma pedagogia social da indiferença, ensinada e reproduzida no cotidiano capitalista.

Essa naturalização da informalidade não pode ser interpretada como simples falta de empatia. Ela é resultado de um processo profundo de produção de ideologia. Nessa perspectiva, Althusser (1985) explica que o capitalismo reproduz as condições de produção não apenas economicamente, mas ideologicamente, criando mecanismos que nos fazem perceber como normal aquilo que mantém a desigualdade estrutural.

A sociedade neoliberal contemporânea produz indivíduos anestesiados, habituados à desigualdade cotidiana, ao ponto em que corpos precarizados deixem de suscitar estranhamento. Essa indiferença social que Costa e Constantino (2007) chamam de conversas magras que significa a expressão subjetiva de um processo objetivo, ou seja, a manutenção de uma ordem social que desumaniza trabalhadores considerados descartáveis. Invisibilizar o flanelinha é invisibilizar o próprio conflito de classes que sua presença materializa no espaço urbano.

Percebe-se que em qualquer situação que se expressa uma forma de trabalho onde haja hierarquia, há certa acomodação ou mesmo aceitação de que a indiferença

seja natural. Embora presentes no cotidiano da cidade, permanecem invisíveis enquanto sujeitos de direitos, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à dignidade e inclusão social.

Apresentação do tema

A invisibilidade social é uma discussão muito rica e relevante, especialmente quando relacionada a grupos marginalizados como os flanelinhas, ainda mais em um contexto urbano específico como Imperatriz/MA. Analisar como é desenvolvido o trabalho informal, sem nenhum tipo de conforto ou segurança, observando que esse tipo de atividade não é visto pela sociedade como trabalho, gerando assim a invisibilidade social, passa a ser nosso foco investigativo. Segundo Sawaia (2014), a invisibilidade social refere-se à negação do reconhecimento de determinados sujeitos, tratados como inexistentes ou socialmente irrelevantes. Para Souza (2011), essa condição é reforçada pela lógica excludente das estruturas sociais que determinam quem é considerado digno de cidadania.

A relevância da invisibilidade social ganha profundidade quando analisada a partir da teoria marxista, especialmente porque o fenômeno está enraizado na própria lógica de produção e reprodução da vida social sob o capitalismo. Marx (2004) afirma que, no capitalismo, o trabalho só adquire valor social quando se insere na forma-mercadoria. Isso significa que atividades que não se institucionalizam como trabalho assalariado formal tendem a ser desconsideradas enquanto trabalho socialmente válido. Os flanelinhas, apesar de executarem uma atividade que responde a necessidades reais da vida urbana, não se enquadram na forma jurídica do trabalho assalariado e, por isso, são relegados à esfera da não-existência social.

Sawaia (2014) enfatiza a dimensão psicossocial da exclusão, mas, no âmbito marxista, essa psicodinâmica se revela como expressão subjetiva de determinações estruturais. O que é negado a esses sujeitos não é apenas reconhecimento simbólico, mas reconhecimento enquanto força de trabalho útil ao capital. Souza (2011), dialogando com Marx (2004), demonstra que o processo de negação da cidadania é estruturado por uma divisão histórica entre quem é considerado trabalhador legítimo e quem é reduzido à condição de subgente, fruto da herança escravocrata e da desigualdade racial e social.

Assim, estudar a invisibilidade dos flanelinhas significa compreender como o capitalismo periférico e dependente produz hierarquias internas entre trabalhadores, classificando-os de acordo com seu suposto valor econômico e social. A invisibilidade não é apenas um fenômeno psicológico, mas uma categoria política, que expressa a marginalidade da força de trabalho excedente.

Por que estudar os flanelinhas em Imperatriz - MA?

O interesse em pesquisar a temática, se deu por eu trabalhar no comércio, especificamente no bairro mercadinho e tenho a necessidade de estacionar nas imediações, o que é difícil, por conta do fluxo tanto de transporte de grande e pequeno porte, quanto de pessoas e sempre há flanelinhas à disposição para ajudar em troca de contribuições espontâneas. A ajuda não vem somente com as manobras dos veículos, mas também em carregar até os veículos as compras feitas pelas pessoas no comércio local, tendo em vista que é um comércio de varejo e atacado.

A observação cotidiana que origina a pesquisa revela uma característica central da sociologia marxista, o conhecimento parte da experiência concreta, mas busca compreender as determinações estruturais que organizam essa realidade. O recorte da pesquisa, área central de Imperatriz/MA, constitui um microcosmo das relações de produção e circulação no capitalismo periférico brasileiro. Ele concentra trabalhadores formais, informais e subalternizados, operando como um território onde se materializam as contradições entre trabalho, sobrevivência e desigualdade.

Ao desempenharem funções que complementam serviços urbanos, vigilância informal, auxílio em carregamento e apoio logístico improvisado, os flanelinhas ocupam o que Castel (1998) descreve como zona de vulnerabilidade um espaço intermediário entre integração e exclusão, marcado por incerteza e pela ausência de direitos. Eles realizam atividades que sustentam a vida econômica do bairro, mas sua participação não é juridicamente reconhecida. Essa desconexão entre utilidade social e reconhecimento formal é uma característica central do processo de desfiliação da classe trabalhadora sob o neoliberalismo.

No entanto, pude observar que algumas pessoas se sentem incomodadas quando eles pedem ou aguardam algum dinheiro em troca do serviço realizado. Ao mesmo tempo em que os flanelinhas se disponibilizam a ajudar também se tornam invisíveis, boa parte das pessoas se quer os cumprimentam, até mesmo algumas

pessoas sentem medo, pelo fato deles também usarem algum tipo de droga ou estarem alcoolizados. Entretanto, sua atuação revela uma forma de resistência à exclusão total, já que encontram no trabalho informal uma possibilidade de sobrevivência diante da falta de oportunidades formais de emprego.

O desconforto e o medo das pessoas dialogam com o conceito de pânico moral produzido pelas classes médias urbanas e reforçado pela mídia e pelo Estado penal (Wacquant, 2001). Esse sentimento não é espontâneo, ele é alimentado por discursos que criminalizam a pobreza e associam informalidade a ameaça, deslocando problemas estruturais para a esfera moral. Marx (2017) já apontava que o capitalismo tende a responsabilizar indivíduos pelo fracasso estrutural do sistema, produzindo a ideia de culpa individual dos pobres.

Do ponto de vista marxista, a atividade do flanelinha também pode ser interpretada como trabalho de reprodução social invisibilizado, cuja função é manter a circulação de pessoas, produtos e mercadorias, ou seja, é parte do circuito ampliado do capital. Mesmo que seja um trabalho informal, é efetivamente trabalho, pois produz valor de uso e participa da manutenção da ordem urbana.

Essa atuação como forma de resistência é significativa, a informalidade aparece como a única alternativa diante de um mercado de trabalho segmentado, excludente e racializado. Castel (1998) chama isso de trabalho de sobrevivência, forma extrema de inserção desprotegida. Marx (2017) já alertava que, quando o capital não absorve toda a força de trabalho disponível, produz massas de trabalhadores redundantes que, para sobreviver, são empurrados para formas marginais de trabalho.

Portanto, o flanelinha encarna tanto a precariedade quanto a criatividade da classe trabalhadora na luta cotidiana pela reprodução da vida. Sua presença é uma denúncia viva da incapacidade do capitalismo em garantir integração laboral digna.

Além disso, a ausência de políticas públicas específicas contribui para perpetuar a invisibilidade, já que não há medidas de proteção social, de capacitação profissional ou de alternativas de inserção laboral voltadas a esse grupo.

A inexistência de políticas públicas dirigidas a trabalhadores informais insere-se no contexto da gestão neoliberal da pobreza. Como aponta Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo desloca para o indivíduo a responsabilidade por sua sobrevivência, retirando do Estado o dever de garantir direitos sociais. No Brasil, esse processo é

intensificado pelo caráter histórico de um Estado oligárquico, patrimonialista e seletivo, instalado desde o período colonial.

A ausência de políticas de reconhecimento e proteção reflete a lógica neoliberal de que cada um deve se virar, ao mesmo tempo em que mantém esses sujeitos disponíveis em uma zona de precariedade útil ao sistema. Para Marx (2017), esta é uma das formas pelas quais o capitalismo administra o excedente populacional, mantendo-o vivo, porém em condições mínimas, sem direitos, sem estabilidade e sem reconhecimento, aquilo que hoje denominamos precarização estrutural.

A invisibilidade é, assim, um dispositivo político que naturaliza a exclusão, legitima a ausência de políticas e reforça a desumanização da força de trabalho excedente.

A partir disso, começamos a pesquisar sobre o tema, observando que não existem muitas pesquisas teóricas sobre a temática da invisibilidade social e percebemos a necessidade de conhecer esse trabalho na prática, buscando conhecer o que esses trabalhadores vivem no seu dia a dia. Segundo Demo (2011), a pesquisa assume contornos existenciais, porque encerra o desafio histórico-estrutural de compreender e enfrentar a desigualdade social, num processo que nunca termina.

Objetivo da pesquisa

Analisar como o trabalho informal dos flanelinhas, localizados na área central, na cidade de Imperatriz/MA, revela processos de produção de invisibilidade social e precarização estrutural do trabalho no capitalismo brasileiro, e como esses processos se articulam às dinâmicas socioespaciais da cidade. Logo, analisar o fenômeno da *culpabilização fetichizada* (contribuição teórica que vamos desenvolver ao longo dessa pesquisa) associado ao trabalho dos flanelinhas, a partir de uma leitura marxista da invisibilidade social que atravessa essa forma de trabalho nos permite uma leitura profundamente ancorada na teoria marxista do trabalho, pois investigar a dinâmica do trabalho informal significa compreender como o capitalismo contemporâneo reorganiza formas de exploração fora do assalariamento tradicional. Marx (2017) já argumentava que a força de trabalho pode ser utilizada pelo capital mesmo quando não assume a forma jurídica de emprego formal. Assim, os flanelinhas constituem uma fração da superpopulação relativa, isto é, trabalhadores supérfluos do ponto de vista do capital, mas absolutamente necessários ao seu funcionamento contraditório.

A investigação sobre como esses sujeitos se percebem, ou não, como invisíveis converge com debates de Lukács (2003) sobre consciência de classe, pois revela como trabalhadores precarizados podem internalizar a naturalização da própria condição subalternizada. A categoria invisibilidade, nesse sentido, não é apenas social, mas ontológica: diz respeito ao modo como o capitalismo desumaniza e reduz sujeitos a funções instrumentais na circulação de mercadorias urbanas.

Mapear esse processo permitirá compreender como a informalidade opera como mecanismo de sobrevivência e, simultaneamente, como forma de reprodução da desigualdade estrutural. Analisar quais são suas maiores dificuldades em desenvolver o trabalho no dia a dia.

A análise das dificuldades cotidianas dos flanelinhas oferece elementos para identificar como se materializam as dimensões concretas da precarização estrutural. De acordo com Antunes (2009), a precarização não é apenas econômica (baixa renda, ausência de direitos), mas também existencial, afetando o corpo, o tempo, as relações sociais e a subjetividade.

Para Marx (2004), a separação entre o trabalhador e os meios de produção está na base da exploração. No caso dos flanelinhas, essa separação é radicalizada, eles não apenas não detêm meios de produção, mas sequer têm acesso à forma assalariada formal. Suas dificuldades no cotidiano, violência urbana, insegurança, exposição ao clima, estigma, criminalização, são materiais daquilo que a tradição marxista chama de alienação ampliada, ou seja, eles dependem de condições totalmente incertas para sobreviver e não têm controle algum sobre seu processo de trabalho.

Logo, compreender essas dificuldades é compreender como a lógica do capital opera na periferia, produzindo sobrevivências por meio da desproteção e conhecer a percepção dos sujeitos da pesquisa e sobre o trabalho que desenvolvem.

Conhecer a percepção dos flanelinhas acerca do trabalho exige uma abordagem dialética, ou seja, articular a dimensão objetiva (as condições materiais e estruturais de existência) à dimensão subjetiva (a consciência que desenvolvem de si e de sua posição social). A categoria consciência é central para Marx (2004) e Lukács (2003). Para Marx (2004), “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (p.37). Portanto, a percepção desses trabalhadores sobre seu trabalho é moldada pelas condições de precariedade, estigma e exclusão em que vivem.

Souza (2011), contribui ao demonstrar que membros da ralé estrutural internalizam a humilhação social como parte do habitus socialmente construído. Assim, investigar se os flanelinhas se reconhecem como invisíveis permite compreender se é como eles naturalizam ou resistem às formas de desumanização impostas pelo sistema.

Esse objetivo, portanto, é fundamental para desvendar os mecanismos ideológicos e simbólicos que sustentam a invisibilidade social, pois revela a tensão entre sujeição e resistência no cotidiano desses trabalhadores.

Invisibilidade social na perspectiva marxista

Existem várias formas de trabalho, o remunerado e não remunerado, dentre eles o trabalho informal, que é remunerado, mas exercido por trabalhadores sem vínculo empregatício, sem direito aos benefícios e proteções sociais ou que estão exercendo alguma atividade em empresas que não possuem registros legais.

Na perspectiva marxista, a existência de múltiplas formas de trabalho não representa apenas diversidade de ocupações, mas expressões diferenciadas da mesma relação de exploração. A distinção entre trabalho formal e informal deve ser analisada não como duas esferas separadas, mas como partes constitutivas da dinâmica capitalista de extração de mais-valia².

Marx (2017) explica que, no capitalismo, toda forma de trabalho que contribui direta ou indiretamente para a produção e circulação de valor integra o processo de reprodução ampliada do capital. Assim, o trabalho informal, ainda que não institucionalizado, é parte essencial da engrenagem produtiva, pois cumpre funções que o capital necessita, mas não quer financiar, ou seja, proteção urbana improvisada, serviços auxiliares, atividades de mediação e suporte territorial.

A informalidade não é exceção, é estratégia do capital, sobretudo em economias periféricas. Antunes (2009) reforça que a informalização é uma das faces da precarização estrutural, produzida pela reestruturação produtiva neoliberal. Nessa perspectiva, o flanelinha não é uma anomalia, ele é resultado direto das formas contemporâneas de acumulação, marcadas pela terceirização da vida, pelo

² Para Karl Marx (2017), a mais-valia é o valor excedente produzido pelo trabalhador além daquele necessário para reproduzir sua própria força de trabalho, e que é apropriado pelo capitalista sem equivalente. Ela constitui o fundamento da exploração capitalista e a fonte do lucro, do juro e da renda. “A mais-valia é, portanto, o valor criado pelo trabalhador além do valor de sua força de trabalho, valor esse que o capitalista se apropria sem pagar.” (MARX, 2017, p. 216)

esvaziamento de direitos e pela individualização da responsabilidade pela sobrevivência.

A partir desse trabalho informal, observamos a existência da invisibilidade social que está inserida principalmente no campo do trabalho informal, são pessoas que exercem atividades financeiras, mas que não são vistas pela sociedade como um trabalhador, isso pode ocorrer pelo fato da própria sociedade naturalizar a invisibilidade. E que se dá por conta de que o outro não é percebido.

A invisibilidade social, quando observada a partir do marxismo, não é apenas ausência de visibilidade, é uma negação política e ontológica. A sociedade capitalista reconhece como trabalho apenas aquilo que se apresenta na forma-mercadoria, isto é, aquilo que gera valor para o capital e está juridicamente regulado. Logo, atividades não inseridas nessa forma são tratadas como não-trabalho.

Ao analisar a forma-valor, Marx (2017), afirma que o capitalismo transforma relações sociais em coisas. Isso significa que só ganha reconhecimento o trabalho que se conforma às necessidades da acumulação. Por isso, atividades desenvolvidas no âmbito informal, ainda que fundamentais para a reprodução cotidiana da vida urbana, são relegadas ao plano da invisibilidade.

Essa invisibilidade é produzida socialmente, não é um fenômeno espontâneo. A naturalização mencionada no texto expressa um mecanismo ideológico profundo, que Althusser (1985) descreve como interpelação, ou seja, a sociedade nos conforma a enxergar o trabalhador informal não como um sujeito, mas como alguém fora da ordem social legítima.

Por isso, o outro não é percebido, o flanelinha, não aparece como trabalhador porque não participa da lógica formal da produção de valor, embora produza utilidades reais. O resultado é uma violência simbólica³ que apaga a humanidade do sujeito para manter a ordem social intacta.

A invisibilidade social, segundo Souza (2011), não é simplesmente não ver, é um olhar que passa por cima, que ignora intencionalmente a presença de indivíduos ou grupos como se eles não fossem relevantes socialmente. Logo a invisibilidade é parte de uma estrutura de hierarquização social historicamente construída no Brasil.

³ Para Pierre Bourdieu (1989), a violência simbólica é uma forma de dominação social suave, invisível e não percebida como violência, exercida principalmente por meio de símbolos, classificações, linguagens, valores e esquemas de percepção que são internalizados pelos próprios dominados. Trata-se de um poder que se exerce com a cumplicidade inconsciente daqueles que o sofrem, pois opera no nível do habitus e das estruturas cognitivas socialmente constituídas.

Porém, inserindo sua análise no campo marxista, podemos afirmar que esse olhar que passa por cima que o autor afirma, não é apenas moral ou psicológico, é um mecanismo de manutenção da ordem de classes.

Do ponto de vista marxista, a invisibilidade é um instrumento político fundamental para preservar a exploração. Invisibilizar o trabalhador precarizado impede que ele seja reconhecido como parte da classe trabalhadora e, portanto, impede que se constitua em sujeito político capaz de reivindicar direitos ou articular lutas coletivas.

A invisibilidade para Gramsci (2000), é elemento de uma hegemonia burguesa, que opera tanto na economia quanto na cultura, e transforma desigualdades históricas em naturalizações cotidianas. Assim, não ver o trabalhador informal é uma forma de assegurar sua submissão e impedir sua elevação ao status de sujeito social.

Essa invisibilidade é sustentada por um legado histórico, que remonta à escravidão e se reproduz nas formas de exclusão e humilhação persistentes até hoje. Trata-se de uma violência simbólica, um mecanismo ideológico que legitima a desigualdade e impede o reconhecimento e o pertencimento dos grupos marginalizados.

A gênese escravocrata da sociedade brasileira estrutura uma lógica racializada e classista de desvalorização do trabalho manual. Marx (2004) afirma que o trabalho alienado rebaixa o trabalhador à condição de simples instrumento. No Brasil, esse rebaixamento foi historicamente racializado, o resultado disso é que grande parte dos trabalhadores precarizados, incluindo muitos flanelinhas, encontram-se na posição de descendentes das populações escravizadas, racializadas e socialmente inferiorizadas.

Essa herança continua produzindo subcidadanias, expressão que dialoga com a categoria marxista de exército industrial de reserva⁴, ampliada aqui pela colonialidade. O capitalismo brasileiro não apenas explora, ele humilha. A humilhação

⁴ Para Karl Marx (2017), o exército industrial de reserva corresponde ao conjunto de trabalhadores desempregados, subempregados ou precarizados que permanecem disponíveis para o capital. Esse contingente não é um fenômeno acidental, mas uma condição necessária e estrutural do modo de produção capitalista, pois permite ao capital regular salários, intensificar a exploração da força de trabalho e garantir sua expansão. "A acumulação capitalista produz constantemente, e produz na proporção de sua energia e de seu volume, uma população trabalhadora relativamente excedente, isto é, excedente em relação às necessidades médias de valorização do capital, e, portanto, supérflua." (MARX, 2017, p. 707)

social (Costa, 2007) é a forma subjetiva de uma estrutura econômica que se reproduz pela desvalorização de certas vidas.

A violência simbólica mencionada não é mero preconceito: é uma tecnologia de poder, que naturaliza desigualdades e legitima a exploração. Althusser (1985) afirma que é um aparelho ideológico que mantém a ordem de classes garantindo que a maioria não veja a opressão que vive, ou veja como inevitável.

Segundo Souza 2011:

Em sociedades como a brasileira, habituadas a produzir e reproduzir indefinidamente contingentes de marginalizados e humilhados, acostumou-se a naturalizar a marginalidade, a exclusão e a humilhação dessas dezenas de milhões de pessoas o que é produzido 'culturalmente' no Brasil é a reprodução, com novas máscaras, do descaso e do prazer escravocrata de humilhar e oprimir. Por conta disso, toleramos a existência de subgente, ou seja, de pessoas cuja socialização familiar e escolar [...] não dá a elas qualquer chance de integração... (p. 126)

A leitura acima de Jessé de Souza encontra um forte paralelo com categorias marxistas. Marx (2017) afirma que o capitalismo produz continuamente um excedente de força de trabalho, a superpopulação relativa, necessária para disciplinar o conjunto dos trabalhadores. No Brasil, porém, essa superpopulação não é apenas excedente econômica: ela é marcada pela dimensão racial, colonial e histórica, que aprofunda a marginalização.

A naturalização descrita por Souza (2011) é exatamente a hegemonia ideológica em ação. Como Althusser (1985) demonstra, a ideologia opera de modo a fazer parecer natural aquilo que é historicamente construído. Assim, a exclusão torna-se paisagem social: não provoca indignação porque passa a ser percebida como um dado.

O capitalismo brasileiro opera, portanto, com um mecanismo duplo, o primeiro produz materialmente a marginalidade, empurrando milhões para a precarização e o segundo produz simbolicamente a aceitação dessa marginalidade, por meio de ideologias que individualizam a culpa, despolitizam a pobreza e inferiorizam o trabalhador. Os flanelinhas existem na intersecção desses dois processos.

Dentro dessa perspectiva, a expressão subgente, utilizada por Souza (2011), articula-se diretamente à categoria marxista de lumpemproletariado⁵, não no sentido

⁵ O lumpemproletariado, em Marx (2011), designa a camada social marginalizada e desagregada da

moralizante empregado no século XIX, mas reinterpretado à luz do capitalismo periférico. Aqui não se trata de parasitas sociais, mas de indivíduos que foram estruturalmente impedidos de acessar os meios necessários para sua plena integração econômica e política.

A humilhação que Souza (2011) identifica como herança escravocrata reforça a leitura marxista de que a exploração não é apenas econômica, mas também simbólica e política logo, é preciso desumanizar o trabalhador para justificar sua posição subalterna.

O prazer escravocrata, no contexto atual, manifesta-se na tolerância cotidiana com a precariedade e na desqualificação moral dos pobres, não se esforçam, não estudaram, querem viver de pedir e etc. Esse discurso desloca para o indivíduo a responsabilidade por um fracasso estrutural, reproduzindo o que na teoria marxista, a partir do conceito de fetichização da mercadoria, denominamos de *culpabilização fetichizada*⁶, obscurece-se a estrutura real de exploração e coloca-se a culpa na vítima (VER AXENO METODOLÓGICO).

Segundo Celeguim e Roesler (2009), a invisibilidade social é um fenômeno que se constrói a partir da exclusão simbólica e da negação do outro como sujeito social (p. 387).

Essa definição, pelos autores, de invisibilidade como exclusão simbólica pode ser compreendida, à luz do marxismo, como parte do processo de alienação ampliada, que opera não apenas entre trabalhador e produto, mas também entre trabalhador e reconhecimento social. A negação do outro como sujeito é o estágio máximo da

população, situada fora das relações produtivas regulares, cuja condição social resulta da decomposição das formas tradicionais de trabalho e que pode ser funcional à reprodução da dominação burguesa. “Essa camada passivamente putrefata das camadas mais baixas da velha sociedade, lançada aqui e ali pelo movimento das classes, esse lumpemproletariado, pode, segundo sua posição, ser arrastado para todos os lados.” (MARX, 2011, p. 63)

⁶ A *Culpabilização Fetichizada* desenvolvemos como uma categoria analítica derivada. Definimos como o processo pelo qual efeitos estruturais das relações de produção capitalistas são deslocados para a responsabilidade individual dos sujeitos, ocultando as determinações sociais da exploração. Trata-se de uma forma específica de fetichismo social, na qual a estrutura aparece como natural e o indivíduo como culpado por sua própria condição. Em termos marxianos, isso decorre do *fetichismo da mercadoria*, que inverte as relações reais entre sujeitos e a estrutura, fazendo com que as relações sociais apareçam como atributos individuais e/ou morais. Karl Marx define o fetichismo da seguinte forma: “É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.” (MARX, 2017, p. 148) Por ser uma categoria analítica derivada reforçamos sua reformulação dialogando criticamente com desenvolvimentos contemporâneos que analisam a naturalização da desigualdade e a responsabilização dos pobres, notadamente em Jessé Souza (2011; 2017), na noção bourdieusiana de violência simbólica (Bourdieu, 2002), bem como nas análises de Dardot e Laval (2016) sobre a racionalidade neoliberal e o deslocamento da responsabilidade social para o indivíduo.

alienação: o trabalhador deixa de ser percebido como força viva da produção e passa a ser visto apenas como obstáculo, incômodo ou ameaça.

Essa objetificação do outro, para Lukács (2013), é fruto da reificação, ou seja, a transformação de seres humanos em coisas. Nas sociedades mercantilizadas, os sujeitos são avaliados conforme seu valor de troca, ou seja, quem não possui valor de mercado torna-se socialmente inexistente. Os flanelinhas representam, assim, trabalhadores cuja existência foge aos parâmetros do mercado formal e que, por isso, são reificados, transformados em paisagem urbana, mas não em sujeitos.

Essa reificação do trabalhador informal reforça a invisibilidade como um processo material e simbólico articulado à estrutura capitalista e às desigualdades históricas do Brasil.

Retomando Celeguim e Roesler (2009), nota-se a invisibilidade social no que se refere ao trabalho quando determinados grupos de trabalhadores são desvalorizados e excluídos dos espaços de reconhecimento social, refletindo desequilíbrio social e relações de poder presentes na sociedade.

A desvalorização de determinados setores do trabalho não é um fenômeno isolado, ela corresponde ao papel que cada fração da classe trabalhadora ocupa nas relações de produção. A teoria do valor em Marx (2017) demonstra que só é reconhecido como trabalho legítimo aquilo que se insere no circuito de acumulação. Os flanelinhas operam às margens desse circuito, eles prestam serviços úteis, mas não reconhecidos como produtores de valor.

A exclusão dos espaços de reconhecimento revela a seletividade da cidadania brasileira. Como aponta Fernandes (1978), a modernização capitalista no Brasil foi autoritária, excludente e incompleta, de modo que grandes segmentos da população nunca foram incorporados aos direitos básicos. Assim, a invisibilidade é produto de relações de poder que mantêm trabalhadores precarizados fora do campo de direitos.

Essa exclusão do reconhecimento social, segundo Marx (2004) é uma forma de controlar a força de trabalho excedente e garantir a disciplina do conjunto da classe trabalhadora. Ao verem os flanelinhas abandonados, os trabalhadores formais percebem implicitamente seu próprio risco de queda, reforçando a docilidade e o medo.

Há um “não-reconhecimento social dessa população impedindo a aquisição de um habitus útil e valorizado pela sociedade, causando um dano virulento, sendo responsável pela destruição das bases da construção da sua autoestima.” (Souza

(2011 p. 213). Refere-se à ralé estrutural milhões de brasileiros de todas as cores, à margem da reprodução capitalista, usuários de subempregos, sem acesso à infraestrutura e, principalmente, desprovidos do reconhecimento de sua condição de gente.

Segundo Costa e Constantino, 2007:

Há vários fatores que podem contribuir para que essa invisibilidade ocorra: sociais, culturais, econômicos e estéticos. De acordo com psicólogo Samuel Gachet a invisibilidade pode levar a processos depressivos, de abandono e de aceitação da condição de “ninguém”, mas também pode levar a mobilização e organização da minoria discriminada. A invisibilidade social é um conceito aplicado a seres socialmente invisíveis, seja pela indiferença ou pelo preconceito. (p.36).

A multidimensionalidade da invisibilidade seja social, cultural, econômica e estética, é parte constitutiva do modo de produção capitalista. Marx (2017) já apontava que a alienação não é apenas econômica, mas também moral, subjetiva e cultural. O sistema produz, simultaneamente a desigualdade material, a desumanização simbólica e a estigmatização estética do trabalhador pobre.

O odiar o feio, como discutem Bourdieu (2007) e Jessé Souza (2011), é expressão de um habitus de classe que inferioriza o corpo pobre e racializado. Porém, na perspectiva marxista, esse julgamento estético não é superficial, é produto da ideologia dominante que associa valor humano ao valor de mercado.

Ao mesmo tempo, como o texto menciona, a invisibilidade pode gerar mobilização. Essa tensão é típica da ontologia do ser social em Lukács (2013), a consciência pode ser tanto reificada quanto em processo de libertação, dependendo das condições históricas e das mediações coletivas. Assim, a invisibilidade não é apenas sofrimento, é também ponto de partida para luta social.

De acordo com o autor essa discriminação ocorre por que o ser humano não consegue se vê no outro pelo fato desse outro está numa posição inferior à sua, isso porque essa pessoa está trajando uma vestimenta suja, em alguns casos com odor forte e não ter uma boa comunicação.

Essa explicação psicossocial está correta, mas pode ser aprofundada no sentido de que o ser humano não consegue se ver no outro, é que a sociedade capitalista produz categorias de dessemelhança. Marx (2004) afirma que o capitalismo

fragmenta a classe trabalhadora e cria hierarquias internas que naturalizam desigualdades entre trabalhadores legítimos e indesejáveis.

O corpo pobre é visto como problema não só por razões morais, mas porque representa o fracasso imputado ao próprio trabalhador, e não ao sistema. O odor, as roupas sujas, a falta de comunicação fluida não são características individuais: são sintomas materiais da desigualdade estrutural, produzida pela ausência de direitos, pela exaustão cotidiana, pelo abandono estatal.

Em lugar da empatia, produz-se uma repulsa socialmente construída, expressão da violência simbólica enquanto forma ideológica funcional à reprodução das relações capitalistas. Tal repulsa não decorre de disposições individuais, mas do processo de fetichização das relações sociais, no qual a exploração de classe é obscurecida e as diferenças socialmente produzidas passam a ser percebidas como atributos naturais dos indivíduos. Nessa dinâmica, a distinção opera como mecanismo de fragmentação da classe trabalhadora, enfraquecendo a solidariedade de classe e reforçando a dominação burguesa, conforme já indicava Marx (2004) ao analisar a inversão entre sujeitos e relações sociais, e como mediação contemporânea em Bourdieu (2007). Assim, a repulsa é política, ela impede que o trabalhador formal reconheça no trabalhador informal um igual, bloqueando a formação de consciência de classe ampliada.

Segundo Costa e Constantino, 2007:

Um dos principais causadores da invisibilidade é a questão econômica. “O sistema capitalista sobrevive sob a lei do mais valia, na qual para que um ganhe é imediatamente necessário que outro perca. Desse modo à população de baixa renda é vista como um vasto mercado consumidor, e essa é sua única forma de visibilidade”, o preconceito que gera invisibilidade se estende a tudo o que está fora dos padrões de vida das classes hierarquicamente superiores. Muitos são os indivíduos que sofrem com a invisibilidade social, como por exemplo, profissionais do sexo, pedintes, usuários de drogas, trabalhadores rurais, portadores de necessidades especiais e homossexuais. (p.67).

A explicação econômica é o núcleo da abordagem marxista. A invisibilidade é causada por um princípio central da acumulação capitalista, a desigualdade não é uma falha, é uma condição de funcionamento do sistema. A existência de grupos precarizados garante a redução dos salários, a pressão sobre o trabalhador formal, que em algum momento poderá se tornar como eles, e a disponibilidade de mão de obra barata e flexível.

A ideia de que o pobre é visível apenas como consumidor revela o fetichismo da mercadoria descrito por Marx (2017), o sujeito só adquire valor quando reduzido à condição de comprador.

A leitura a partir da teoria marxista nos afirma que esses grupos não são invisíveis por acaso, são resultado da produção ativa de marginalização, necessária para manter a ordem capitalista. A invisibilidade é, portanto, uma estratégia de gerenciamento da pobreza.

A questão econômica interfere fortemente em vários fatores, um deles está ligado ao fato de que o indivíduo não está preparado para exigências do mercado de trabalho, que cada dia exige profissionais mais qualificados, essa preparação se dá por conta da falta de instrução escolar, ficam sem oportunidades, em muitos casos por fazer parte de uma classe menos favorecida de baixa renda e não possuir requisitos que preenchem essas exigências e por essas questões, automaticamente está excluído socialmente. Essa exclusão provoca sentimentos de desprezo e humilhação em pessoas que com ela convivem levando esse indivíduo a ficar parado no tempo por acreditar que não é capaz de estudar, buscar novos conhecimentos, então procuram profissões que não exigem muita ou nenhuma qualificação.

Essa leitura dialoga com a teoria da reprodução de Bourdieu (2007), mas a perspectiva marxista vai além, ela afirma que a exclusão não ocorre porque o indivíduo não está preparado, ocorre porque o sistema necessita de uma massa de trabalhadores descartáveis. O discurso da falta de qualificação é ideológico, ele desloca a responsabilidade do sistema para o indivíduo.

Para Marx (2017), o trabalhador é culpabilizado por não se adequar ao mercado, quando o próprio mercado é estruturalmente excludente. O capitalismo exige sempre uma parcela não integrada para manter baixos os custos da força de trabalho, para justificar políticas de austeridade e para alimentar o mercado informal, criminalizando e ao mesmo tempo se beneficiando dele.

O sentimento de humilhação internalizado pelos trabalhadores é fruto do que Souza (2011) denomina *habitus humilhado*, um aprendizado social da inferioridade, produzido pelas instituições (escola, mídia, igrejas, Estado) que reforçam diariamente a ideia de que o pobre é culpado por sua pobreza. Portanto, a exclusão não deixa o trabalhador parado no tempo, ela o mantém preso estruturalmente em um presente contínuo de precariedade.

Para Costa e Constantino, 2007:

[...] ser invisível pode levar as pessoas a processos depressivos. 'Aparecer' é ser importante para a espécie humana, ser valorizado de alguma forma é parte integrante de nossa passagem pela vida, temos que ser alguém, um bom profissional, um bom estudante, um bom pai, uma boa mãe, enfim, desempenhar com louvor algum papel social". A invisibilidade social já está cotidianamente estabelecida e a sociedade acostumou-se a ela, passar por um pedinte na rua ou observar uma criança "cheirando cola" em uma esquina é algo corriqueiro na vida social. É preciso não só ver esses invisíveis, mas é preciso olhar para eles e sentir junto com eles, é preciso 'colocar óculos em toda humanidade'. (p.42).

Do ponto de vista marxista, a necessidade humana de reconhecimento social não é apenas afetiva, ela é histórica. Lukács (2013) afirma que o ser humano é um ser social que se constitui na e pela relação com os outros. Logo, quando o capitalismo rebaixa o trabalhador à invisibilidade, afeta não só sua subsistência material, mas sua própria condição ontológica.

A naturalização da pobreza extrema, como a presença cotidiana de pedintes e crianças em situação de uso de drogas, corresponde ao conceito de banalização da injustiça (Dejours, 2011). Mas, para além disso, é um mecanismo que Marx (2017) já denunciava, o capitalismo cria miséria e, simultaneamente, produz uma sensibilidade endurecida que a toma como inevitável.

O que se percebe é que aos olhos da sociedade isso já se tornou natural, o fato é que, se não está incomodado, está tudo certo não há nada a fazer. A partir do momento em que este indivíduo começa a usar o mesmo espaço, observa-se que há um desconforto e um preconceito, porém este desconforto ainda não ganhou forças para gerar uma forma de inserção social ou mesmo de aceitação, onde este indivíduo possa se sentir acolhido, visto e valorizado enquanto ser humano.

A naturalização da exclusão corresponde ao que Marx (2017) chamava de naturalização das relações sociais capitalistas. A normalização da miséria é uma operação ideológica que transforma desigualdades históricas em estados permanentes da vida social. Em sociedades de capitalismo dependente, como argumentam Fernandes (1978) e Jessé Souza (2017), isso se agrava, pois o colonialismo interno cria uma cultura de indiferença seletiva: só certos corpos devem ser vistos.

O desconforto quando o pobre usa o mesmo espaço revela a permanência de uma lógica escravocrata reconvertida ao capitalismo racializado, o corpo pobre é aceito desde que esteja distante, submisso e funcional, quando ocupa lugar de

igualdade, desperta rejeição. Isto é a própria definição de invisibilidade condicionada, ver o pobre apenas enquanto serviço, nunca enquanto sujeito.

Marx e Engels (2010) afirmam que a burguesia não tolera a presença autônoma do proletariado, ela só aceita o trabalhador enquanto útil à produção. O que se observa aqui é um fenômeno semelhante, o flanelinha é aceito na rua enquanto útil, mas rejeitado enquanto presença humana plena.

Assim, o desconforto não é individual, ele é expressão da luta de classes inscrita no espaço urbano.

Sobre essa questão, Costa e Constantino (2007) afirmam que:

(...) A cegueira de gente que não vê gente é traumática, causa angústia. A cegueira de gente que não vê gente dispara humilhação. E, mais precisamente, a cegueira política: cegueira de uma classe contra a outra classe, a classe de serviço a primeira em condições de subordinação. O aparecer de um homem no meio a outros homens, o aparecer de gente enquanto tal, é um acontecimento intersubjetivo, é um fenômeno psicossocial. (p.69).

A noção de cegueira política de Costa (2004) reforça conceitos centrais de Marx (2017) e Lukács (2013). Trata-se do apagamento do caráter humano do trabalhador, reduzido a função, força, serviço. A humilhação social decorre diretamente da reificação: o processo pelo qual o capitalismo converte relações humanas em relações entre coisas.

Para Lukács (2013), o aparecer enquanto humano só se dá quando o sujeito ultrapassa as condições materiais que o humilham, mas, numa sociedade baseada na exploração, isso é negado constantemente. A angústia mencionada por Costa (2007) não é apenas individual, ou seja, é fruto da violência estrutural que impede o reconhecimento mútuo.

Essa cegueira de classe constitui o fundamento psicológico e simbólico da invisibilidade. Não ver o outro é estratégia de manutenção de poder, é assim que se evita que a classe trabalhadora (formal ou informal) reconheça sua unidade histórica. É cegueira política porque impede a síntese da consciência de classe.

Percebe-se que a invisibilidade social afeta vários grupos de pessoas, principalmente aquelas que estão inseridas em posições mais vulneráveis. O que ocorre não somente nestes grupos de pessoas com mais vulnerabilidade, mas também no ambiente de trabalho, onde o indivíduo é excluído e não reconhecimento da sua tarefa diária, principalmente quando este indivíduo exerce uma função de

serviços gerais de nível escolar baixo. Dessa forma, a humilhação social é construída ao longo dos séculos na sociedade, atuando predominantemente na população mais pobre, propiciado pela precarização e desvalorização de trabalhadores em suas relações empregatícias (Costa, 2007).

Essa generalização da invisibilidade revela uma característica fundamental do capitalismo, a desigualdade não é periférica ao sistema, ela é constitutiva. Mesmo em ambientes de trabalho formal, como mostra Antunes (2009), a valorização do trabalhador é mediada pela posição que ele ocupa na divisão social do trabalho.

As ocupações mais precarizadas, como por exemplo, faxineiros, auxiliares, flanelinhas, catadores, ambulantes, pertencem às frações mais vulneráveis da classe trabalhadora. Elas representam o que Marx (2017) descreveu como setores infernizados do proletariado, ou seja, sujeitos essenciais para a reprodução da vida social, mas sistematicamente desprezados e invisibilizados.

A humilhação social, ao se perpetuar ao longo dos séculos, evidencia que o capitalismo não apenas explora economicamente, ele hierarquiza ontologicamente. Alguns trabalhadores são reconhecidos como gente, outros, como funções. Essa divisão é funcional à exploração, pois impede a solidariedade e reforça a ordem social.

Segundo Celeguim e Roesler (2009), a valorização social está condicionada ao sucesso e à posição dentro do contexto social. Caso contrário, quem é ou está desprovido das prerrogativas sociais estabelecidas pela sociedade de consumo vigente torna-se mera sombra social.

Essa leitura é chave para compreender a invisibilidade no capitalismo neoliberal. A lógica contemporânea do valor humano está associada ao desempenho, produtividade e consumo. Marx (2017) explica que a forma-mercadoria transforma tudo em medida monetária. Portanto, quem não produz valor de troca, ou não consome em padrões hegemônicos, perde seu valor social.

O trabalhador informal, como o flanelinha, é uma figura paradigmática dessa condição, pois ele produz valor de uso, mas não valor de troca, ele participa da vida urbana, mas não da vida institucional do trabalho e ele consome pouco, e portanto não aparece.

Ele se torna, como afirmam Celeguim e Roesler (2009), uma sombra social, não porque não exista, mas porque sua existência não interessa à lógica do mercado.

Retomando Costa (2007) a invisibilidade, é um problema psicossocial que promove a humilhação social. Dentro deste cenário, o autor destaca que a

humilhação social é construída ao longo dos séculos na sociedade e que este fenômeno atua predominantemente na população pobre, em que retrata uma problemática de esfera política.

À luz do marxismo, a humilhação social aparece como manifestação subjetiva da precarização material. A humilhação não é uma questão meramente psicológica em sua origem, é uma questão econômica e política. A reificação converte pessoas em instrumentos, a desigualdade converte vidas em estatísticas. A humilhação é, portanto, efeito emocional da desigualdade estrutural.

Costa e Constantino (2007) acertam ao caracterizá-la como fenômeno político. A humilhação social é funcional ao capitalismo pois, rebaixa a autoestima, destrói autoestima de classe, impede a organização coletiva e naturaliza posições subalternas. Assim, o flanelinha humilhado é mais facilmente governável, criminalizável e negligenciável.

Ainda segundo o autor supracitado, fica sobre os ombros do mais desfavorecidos o trabalho menos especializado, pois a sociedade automaticamente reserva estas vagas a esta classe trabalhadora. Nesse sentido, um ponto crucial para a discussão acerca da invisibilidade é o uso de uniforme. Diante disso, Costa (2007) aponta que, o uso de uniforme promove a percepção social neutralizada, tornando o empregado objeto, que de fato faz-se invisível. Como exemplo, pode-se citar o guardador de carros que em alguns casos, utiliza uniforme, mas é visto, muitas vezes, como inferior diante de alguns membros da sociedade devido a função que exerce.

A distribuição desigual dos trabalhos menos qualificados é expressão da divisão social do trabalho. Marx (2017) explica que essa divisão não é natural nem técnica, ela é uma divisão política que organiza quem serve e quem manda. A pobreza não é critério moral e sim critério funcional para destinar grupos inteiros a ocupações subalternas.

No caso dos flanelinhas, mesmo quando utilizam uniforme informal (coletes, panos, bonés improvisados), isso reforça sua posição marginal, eles são vistos como parte do cenário, não como sujeitos. Nesse contexto, o uniforme funciona como símbolo da reificação, oculta a singularidade do trabalhador e o transforma em função. É o que Lukács (2003) denomina apagamento do ser genérico. Logo, o uniforme padroniza, neutraliza e desumaniza, ou seja, torna o trabalhador menos visível enquanto pessoa e mais visível enquanto serviço.

Metodologia: os caminhos da pesquisa

O objetivo proposto nesta pesquisa, como já mencionado, é analisar a dinâmica do trabalho dos flanelinhas na área central da cidade de Imperatriz/MA e para tal, será de natureza qualitativa com uma entrevista semiestruturada.

Além das entrevistas que teve como objetivo de apreender questões mais cotidianas dos sujeitos da pesquisa, foi aplicado 01 questionário com os 05 flanelinhas da área central de Imperatriz/MA. Cada questionário contém 24 perguntas, como podemos observar, a seguir:

Questionário com Flanelinhas do Setor Central de Imperatriz/MA

1. Qual sua idade?
2. Qual sua naturalidade (qual cidade nasceu)?
3. Caso tenha vindo de outra cidade, há quantos anos mora em Imperatriz?
4. Qual Bairro você mora?
5. Possui casa própria ou alugada?
6. Quantas pessoas moram com você?
7. Qual sua escolaridade (estudou até que ano na escola)?
8. Antes de ser Flanelinha, quais suas outras ocupações (já trabalhou de que?)
9. Você já trabalhou Carteira Assinada (CLT)?
10. Se sim, em que período (quantos tempo, de que ano a que ano?)
11. Qual motivo da sua saída do trabalho formal? (demitido ou pediu pra sair)
12. Por que você escolheu esse trabalho de flanelinha?
13. Há quanto tempo você trabalha como flanelinha?
14. Quantas horas você trabalha de flanelinha?
15. Por que você escolheu esse setor da cidade pra trabalhar?
16. Quantos dias por semana você trabalha como flanelinha?
17. Quanto você consegue ganhar por dia, em média?
18. A renda de flanelinha é a principal renda da sua casa? Se não, qual?
19. Você já sofreu preconceito neste trabalho?
20. Sua família mora aqui e você tem apoio deles para este trabalho?

21. Você recebe algum benefício do governo? Se sim, qual?
22. Quais suas maiores dificuldades e um sonho?
23. Você acha que as pessoas tratam os flanelinhas bem? (com respeito e dignidade?)
24. O que mais lhe incomoda nas pessoas no tratamento com os flanelinhas?

Optar por uma metodologia qualitativa é coerente com o propósito crítico desta pesquisa, especialmente quando situada dentro do campo do pensamento marxista. O método qualitativo permite apreender as determinações subjetivas, simbólicas e históricas que atravessam a vida dos flanelinhas, algo impossível de capturar por metodologias puramente quantitativas.

Do ponto de vista marxista, a pesquisa não busca apenas descrever, mas compreender as relações sociais em sua totalidade, ou seja, compreender como as condições materiais de existência, a divisão social do trabalho, a produção da superpopulação relativa e a alienação subjetiva se articulam para formar o fenômeno da invisibilidade social.

A entrevista semiestruturada, nessa perspectiva, não é apenas técnica de coleta e sim uma mediação entre sujeito e totalidade social. Ela permite que a fala dos flanelinhas revele contradições, sentidos atribuídos à sua prática, sofrimento ético-político e elementos da consciência possível e real (Lukács, 2003).

Logo, a metodologia adotada dialoga, portanto, com a pesquisa crítica em Paulo Freire (escuta consciente); a ontologia social do trabalho (Karl Marx e Lukács); e a epistemologia comprometida com transformação social (Pedro Demo). Assim, a abordagem qualitativa não é neutra, ela é um posicionamento político-científico.

Alguns autores entendem a pesquisa qualitativa como uma “expressão genérica”. Isto significa, por um lado, que ela compreende atividades de investigação que podem ser denominadas específicas. E por outro, que todas elas podem ser caracterizadas por traços comuns. (TRIVIÑOS, 2006)

O autor aponta a heterogeneidade da pesquisa qualitativa, mas uma leitura marxista permite ir além: a pesquisa qualitativa é capaz de capturar a vida concreta do trabalhador, aquilo que Marx (2004) chamava de o real-concreto, ou seja, o vivido, o contraditório, o dialético.

De acordo com a tradição crítico-dialética, a pesquisa qualitativa deve ser entendida como **histórico-estrutural**, reconhecendo que a realidade é produto de

processos históricos; **totalizante**⁷, analisando o fenômeno não isoladamente, mas como parte de uma rede de determinações; **dialética**, identificando contradições e mediações e; **crítica**, visando desnaturalizar o mundo social.

Ao investigar flanelinhas, isso significa reconhecer que suas falas são mediações entre sua experiência concreta, sua posição na estrutura social, a ideologia que molda suas percepções, as condições materiais da precarização urbana.

A entrevista, portanto, busca captar o movimento da realidade, algo essencial para a pesquisa marxista.

De acordo com Triviños (2008) a entrevista semiestruturada é:

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida oferecem campo de interrogativas, frutos de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha do seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (p.146).

Adotou-se a entrevista semiestruturada por esta atender nossas principais demandas de pesquisa, tais como, **1)** reconhecer o sujeito como produtor de conhecimento, o entrevistado não é visto como objeto, mas como sujeito histórico que revela aspectos fundamentais da totalidade social por meio de sua experiência concreta; **2)** permite captar contradições, em uma sociedade de classes, a fala do trabalhador informal carrega tensões entre submissão, resistência, culpa internalizada, humilhação e criatividade produtiva; **3)** é dialógica, seguindo Paulo Freire e a tradição crítica, o conhecimento emerge do diálogo e nunca da coleta extrativa, logo, o flanelinha participa da construção do dado; **4)** revela a ideologia incorporada, a fala do trabalhador mostra como a ideologia dominante é internalizada (sou preguiçoso, não tive oportunidades, etc.), ou como pode ser superada por

⁷ Chamamos a atenção para a categoria de Totalidade no processo investigativo aqui desenvolvido. Totalidade não significa a simples soma de partes isoladas, mas o conjunto articulado e contraditório das relações sociais historicamente determinadas, estruturadas a partir do modo de produção. Trata-se de uma categoria ontológica e metodológica, que permite apreender os fenômenos sociais em sua interdependência, mediações internas e movimento histórico. A análise da totalidade implica, compreender cada fenômeno social como momento de um todo estruturado; apreender as partes a partir das determinações do todo; reconhecer o caráter contraditório e histórico da realidade social. Em Marx (2011), portanto, a totalidade é inseparável do materialismo histórico e dialético, sendo condição para superar análises fragmentadas, empiristas ou moralizantes da realidade social. Segundo Marx (2011) “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto unidade da diversidade. Por isso aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o ponto de partida real.” (p. 54)

percepções críticas da realidade; **5)** se articula com a categoria marxista de consciência, a entrevista permite identificar, como por exemplo a consciência ingênua, a consciência prática e elementos embrionários de consciência de classe.

Assim, a entrevista não é apenas uma técnica e sim uma ferramenta epistemológica crítica.

Para coleta dos dados gravamos o relato para obter maior riqueza de detalhes no local onde está trabalhando. Nas entrevistas foram abordadas questões como: o que o levou ao trabalho na rua sem vínculo empregatício, se gosta da forma que trabalha, o grau de instrução, se a família reside aqui na cidade, dentre outros questionamentos.

Destacamos aqui a decisão de coletar os dados no próprio local de trabalho (o espaço urbano) é metodologicamente consistente com a sociologia do cotidiano de Henri Lefebvre (2001), a geografia crítica de David Harvey (1992, 2005) e a ontologia marxista da vida cotidiana de Agnes Heller (2016).

É importante destacar que o espaço não é cenário neutro, ele produz e reproduz relações sociais. A área central de Imperatriz é um território de conflitos, circulação de mercadorias, desigualdade, informalidade e precarização, portanto, entrevistar ali permitiu captar elementos fundamentais para nossa pesquisa, como por exemplo, a dimensão espacial da invisibilidade, a constituição territorial da precariedade, a relação entre o trabalhador e o ambiente urbano, a percepção de risco, violência, sobrevivência e solidariedades locais.

As perguntas presentes no questionário, permitiram acessar as trajetórias de vida (dimensão histórica), percepções subjetivas (dimensão ideológica), estratégias de sobrevivência (dimensão material), vínculos e redes (dimensão comunitária), expectativas e frustrações (dimensão afetiva e política).

Assim, entendemos que a metodologia escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa é coerente com o nível de profundidade requerido para análise marxista crítica.

A culpabilização fetichizada: fundamentos teóricos, mediações e operacionalização analítica

O ponto de partida ontológico da categoria de *culpabilização fetichizada* reside no conceito marxiano de fetichismo das relações sociais, conforme desenvolvido no Livro I de *O Capital*. Para Marx (2017), o fetichismo não se restringe à forma

mercadoria, mas expressa um modo historicamente determinado de organização da vida social, no qual relações sociais entre pessoas aparecem como relações naturais, técnicas ou morais entre coisas ou indivíduos isolados.

Essa inversão ontológica implica que os produtos da atividade humana, inclusive as formas sociais, passam a se impor aos próprios sujeitos como forças externas, aparentemente autônomas. No plano da vida cotidiana, isso se traduz na naturalização das desigualdades e na ocultação das relações de exploração que estruturam a sociedade capitalista. É nesse terreno que se torna possível a emergência da culpabilização fetichizada, ou seja, a estrutura desaparece como causa, e o indivíduo surge como responsável.

Diferentemente de explicações moralistas ou psicologizantes da pobreza, a culpabilização fetichizada deve ser compreendida como efeito necessário da forma social capitalista, na qual o trabalho é subsumido ao capital e a reprodução social se organiza de maneira desigual e excludente.

A culpabilização fetichizada está historicamente vinculada à forma como o capitalismo produz e administra a superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva. Como Marx (2017) demonstra, a acumulação capitalista produz continuamente contingentes de trabalhadores excedentes, cuja função estrutural é disciplinar o trabalho e regular salários.

No entanto, sob a aparência fetichizada da realidade social, essa condição estrutural não se apresenta como produto do modo de produção, mas como resultado de incapacidades individuais. A informalidade, o desemprego e a precarização passam a ser interpretados como falhas pessoais, falta de mérito ou inadequação subjetiva. A culpabilização fetichizada atua, assim, como mediação ideológica entre a produção estrutural da precariedade e sua aceitação social.

No contexto neoliberal, esse processo é intensificado, pois a responsabilização individual é elevada a princípio normativo. O sujeito é interpelado como empreendedor de si mesmo, responsável por gerir seus riscos e fracassos, reforçando a dimensão fetichizada da culpa.

Embora seu fundamento seja estrutural, a culpabilização fetichizada opera por meio de mediações ideológicas específicas, entre as quais se destaca a violência simbólica. Conforme Bourdieu (2002), a violência simbólica atua pela internalização das hierarquias sociais, fazendo com que os dominados reconheçam como legítimas as categorias que os dominam.

Na perspectiva marxista aqui adotada, a violência simbólica não constitui uma esfera autônoma, mas uma expressão ideológica da base material, funcional à reprodução das relações de classe. A culpabilização fetichizada é, nesse sentido, uma forma específica de violência simbólica fetichizada, pois naturaliza a exploração ao deslocar suas causas para o plano da moral individual.

Essa mediação é central para compreender por que a invisibilidade social não gera necessariamente conflito ou indignação coletiva, mas frequentemente indiferença, repulsa ou aceitação passiva da exclusão.

Um dos aspectos mais relevantes da culpabilização fetichizada é sua capacidade de penetrar na subjetividade dos próprios sujeitos subalternizados. A análise empírica demonstra que os trabalhadores informais frequentemente reproduzem narrativas que explicam sua condição a partir de falhas pessoais, trajetórias individuais interrompidas ou escolhas equivocadas.

Essa auto-culpabilização não deve ser interpretada como consentimento consciente, mas como efeito de um processo social mais amplo de fetichização, no qual as possibilidades de interpretação da realidade são estruturalmente limitadas. A culpabilização fetichizada produz, assim, formas de auto-invisibilização, nas quais o sujeito deixa de se reconhecer como parte de uma coletividade explorada, fragmentando a experiência de classe.

Do ponto de vista metodológico, a culpabilização fetichizada é definida como categoria analítica derivada, construída a partir da articulação entre teoria marxista e análise empírica. Ela não substitui categorias clássicas, como trabalho, classe ou exploração, mas opera como mediação explicativa entre estrutura e experiência vivida.

Sua operacionalização empírica envolve a identificação de discursos de responsabilização individual, naturalização da precariedade, ausência de referências estruturais nas explicações dos sujeitos, internalização de narrativas meritocráticas ou moralizantes. Esses elementos são interpretados dialeticamente, não como opiniões individuais isoladas, mas como expressões socialmente produzidas da forma fetichizada da consciência social.

A originalidade da categoria de culpabilização fetichizada reside em sua capacidade de nomear e sistematizar um mecanismo ideológico recorrente, ainda não conceitualmente estabilizado na literatura marxista. Ao articular fetichismo, responsabilização individual e invisibilidade social, a categoria nos permite avançar na

compreensão de como a dominação capitalista se reproduz não apenas pela exploração econômica, mas também pela produção de sentidos sociais que culpabilizam os próprios sujeitos explorados.

Trata-se, portanto, de uma modesta contribuição teórico-analítica situada no interior da tradição marxista, que busca desenvolver suas categorias a partir das contradições concretas do capitalismo contemporâneo, especialmente em contextos periféricos marcados pela informalidade e pela exclusão estrutural.

O aprofundamento do conceito de culpabilização fetichizada reforça a ideia central desta pesquisa, que a invisibilidade social não é apenas ausência de reconhecimento, mas resultado de um processo ativo de fetichização da culpa, no qual a exploração é ocultada e a desigualdade é naturalizada. Compreender esse mecanismo é condição necessária para qualquer projeto teórico e político que vise a superação das formas contemporâneas de exclusão social.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Aqui vamos analisar e discutir os dados empíricos obtidos a partir da aplicação de questionários semiestruturados e entrevistas com flanelinhas que atuam na área central de imperatriz/MA. A análise, como já explicada na metodologia, é orientada por uma perspectiva qualitativa, crítica e interpretativa, fundamentada no referencial teórico marxista previamente desenvolvido ao longo desta dissertação, especialmente nas categorias trabalho, invisibilidade social, exclusão estrutural, informalidade, alienação e superpopulação relativa.

Parte-se do pressuposto epistemológico do materialismo histórico-dialético de que os dados empíricos não são expressões imediatas da realidade, mas manifestações fenomênicas de determinações estruturais mais profundas. Assim, as falas dos sujeitos pesquisados são compreendidas como formas de consciência social historicamente produzidas, mediadas pela posição objetiva que ocupam na divisão social do trabalho. A análise, portanto, busca apreender a relação dialética entre estrutura e subjetividade, evitando leituras moralizantes ou individualizantes da exclusão social.

A análise dos dados empíricos foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada na Análise de Conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2011), e dialogando criticamente com a perspectiva de análise interpretativa proposta

por Minayo (2014). Essa opção metodológica se justifica pela natureza do objeto investigado, a invisibilidade social de trabalhadores informais, que exige a apreensão dos sentidos, significados e representações construídos pelos sujeitos em suas práticas cotidianas.

De acordo com Bardin (2011), a Análise de Conteúdo compreende um conjunto de técnicas que visam à descrição sistemática e objetiva do conteúdo das comunicações, permitindo a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens. Na presente investigação, essa técnica não é utilizada de forma neutra ou positivista, mas apropriada criticamente a partir do referencial marxista, de modo a articular o conteúdo das falas individuais às determinações estruturais do modo de produção capitalista.

Inspirada em Minayo (2014), partimos do princípio de que as falas dos sujeitos expressam experiências socialmente situadas e historicamente determinadas. Assim, os depoimentos não são tratados como opiniões isoladas, mas como expressões de uma consciência social mediada pela posição de classe, pelas condições materiais de existência e pelas relações de poder que atravessam o cotidiano desses trabalhadores.

O processo analítico seguiu três etapas articuladas, são elas: **(a)** a pré-análise, caracterizada pela leitura flutuante e sistemática dos questionários e entrevistas, visando à familiarização com o corpus empírico; **(b)** a exploração do material, na qual foram identificadas unidades de registro e núcleos de sentido recorrentes; e **(c)** o tratamento dos resultados e interpretação, momento em que os dados foram organizados em categorias analíticas e interpretados à luz do referencial teórico marxista.

As categorias empíricas emergentes, tais como precarização do trabalho, estigmatização social, invisibilidade, sofrimento cotidiano e estratégias de sobrevivência, foram posteriormente articuladas a categorias teóricas do marxismo, como alienação, reificação, superpopulação relativa e ideologia. Essa articulação permitiu superar uma leitura meramente descritiva, avançando para uma compreensão crítica da totalidade social em que os sujeitos estão inseridos.

Dessa forma, a análise de conteúdo foi mobilizada como instrumento metodológico, enquanto o materialismo histórico-dialético constituiu o horizonte epistemológico da interpretação, garantindo que a análise dos discursos não se desligasse das condições objetivas de exploração, dominação e desigualdade que

estruturam o trabalho informal no capitalismo periférico brasileiro.

Os sujeitos entrevistados apresentam trajetórias marcadas pela precariedade social, baixa escolarização, histórico de inserção instável no mercado de trabalho e ausência ou fragilidade de vínculos formais de emprego. Esses elementos não devem ser interpretados como atributos individuais, mas como expressões concretas da posição de classe ocupada por esses trabalhadores no capitalismo periférico brasileiro.

À luz da teoria marxista, os flanelinhas integram a superpopulação relativa, conceito central desenvolvido por Marx (2017). Trata-se de um contingente de trabalhadores que, embora excluídos do emprego formal, são estruturalmente necessários à reprodução do capital, pois funcionam como reserva de força de trabalho disponível, pressionando salários e naturalizando a precarização. A informalidade, nesse sentido, não é resíduo do atraso, mas parte constitutiva da lógica capitalista dependente.

Análise individual das entrevistas

FLANELINHA 01: analfabetismo, alienação e desumanização do trabalho

A trajetória do flanelinha 01 expressa de forma exemplar a articulação entre analfabetismo estrutural, informalidade e invisibilidade social. Sua exclusão precoce da escolarização revela o caráter de classe do acesso à educação, funcionando como mecanismo de reprodução das desigualdades. No plano marxista, a ausência de escolarização limita não apenas a inserção no trabalho formal, mas também a apropriação crítica da realidade social, aprofundando a alienação.

Sua atividade como flanelinha evidencia uma contradição central do capitalismo, o flanelinha 01 trabalha cotidianamente, produz valor de uso e organiza o espaço urbano, mas não é reconhecido como trabalhador socialmente legítimo. Isso ocorre porque, no capitalismo, apenas o trabalho que assume a forma de trabalho abstrato assalariado é plenamente reconhecido. A associação recorrente entre sua figura e a criminalidade revela o processo de fetichização social, no qual relações sociais aparecem como atributos morais dos indivíduos.

A invisibilidade, aqui, assume a forma de desumanização ativa, o sujeito é visto, mas não reconhecido como humano pleno. Trata-se de uma expressão da alienação social ampliada, na qual o trabalhador é separado não apenas do produto de seu trabalho, mas do próprio reconhecimento enquanto sujeito histórico.

FLANELINHA 02: o não-olhar e a reificação do trabalhador informal

O relato do flanelinha 02 revela uma forma particularmente aguda de invisibilidade social: o não-olhar. Essa indiferença cotidiana expressa o processo de reificação, conceito desenvolvido por Lukács (2003), no qual os sujeitos são transformados em coisas, partes indiferenciadas da paisagem urbana. O trabalhador informal deixa de ser percebido como sujeito e passa a existir apenas como função ou obstáculo.

Na lógica do capital, o trabalho do flanelinha 02 não se converte diretamente em mercadoria mensurável, o que contribui para sua desvalorização simbólica. Sua escolha pela atividade de flanelinha deve ser compreendida como uma escolha negativa, determinada pela exclusão estrutural do mercado formal de trabalho. Trata-se de uma racionalidade da sobrevivência, produzida pela coerção econômica, e não de liberdade substantiva.

FLANELINHA 03: trabalho, envelhecimento e a crise da promessa salarial

A trajetória do flanelinha 03 evidencia uma contradição central do trabalho assalariado no capitalismo dependente: mesmo décadas de inserção formal não garantem proteção social efetiva. Sua passagem do trabalho industrial formal para a informalidade na velhice expressa o esgotamento da promessa integradora do salário, analisada criticamente por Marx (2004) e, posteriormente, por Castel (1998).

A naturalização da necessidade de tratar bem para ser respeitado revela a interiorização da dominação simbólica, deslocando a questão do reconhecimento do plano estrutural para o plano comportamental. Essa internalização evidencia a força da ideologia liberal, que transforma direitos sociais em concessões morais, obscurecendo a responsabilidade do Estado e do capital.

FLANELINHA 04: corpo, força de trabalho e desgaste físico

O caso do flanelinha 04 permite aprofundar a análise da força de trabalho como mercadoria peculiar. Seu adoecimento na construção civil explicita os limites físicos da exploração capitalista e o caráter destrutivo do trabalho precarizado sobre o corpo do trabalhador. Marx (2017) já apontava que o capital tende a consumir a força de trabalho até seus limites máximos, descartando-a quando deixa de ser funcional.

A atribuição de sua condição à falta de estudo expressa a internalização do discurso meritocrático, funcionando como ideologia que encobre as determinações

estruturais da exploração. A violência simbólica cotidiana, como o gesto de fechar o vidro do carro, revela a desvalorização radical da vida do trabalhador informal, reduzido a risco potencial.

FLANELINHA 05: disciplina moral e ideologia do reconhecimento condicionado

A narrativa do flanelinha 05 expressa de forma clara a ideologia do reconhecimento condicionado. O respeito aparece como resultado do comportamento individual e não como direito social, reforçando a individualização da exclusão. Essa lógica é funcional ao capital, pois desloca o conflito social para o plano moral, neutralizando sua dimensão política e de classe.

Mesmo com maior escolaridade relativa, o flanelinha 05 permanece inserido na informalidade, evidenciando que a precarização não é apenas resultado da baixa qualificação, mas da própria estrutura do mercado de trabalho capitalista periférico.

Análise comparativa: categorias marxistas emergentes

A análise conjunta das entrevistas permite identificar categorias centrais: alienação, reificação, superpopulação relativa, fetichismo social, precarização estrutural e ideologia meritocrática. Essas categorias operam de forma articulada, produzindo uma invisibilidade social que não é acidental, mas estruturalmente funcional ao capitalismo.

A recorrente individualização da responsabilidade pela exclusão revela a eficácia da ideologia dominante, que transforma desigualdades históricas em fracassos pessoais, despolitizando a questão social.

Os dados empíricos demonstram que a invisibilidade social dos flanelinhas de Imperatriz/MA não decorre da ausência de trabalho, mas da negação de reconhecimento do trabalho enquanto trabalho socialmente necessário. No capitalismo, o reconhecimento está condicionado à forma mercadoria do trabalho.

Aprofundando a análise empírica a partir dos questionários aplicados, considerando cada bloco de questões e correlacionando as respostas entre os sujeitos, temos o intuito de evidenciar como elementos aparentemente individuais expressam determinações estruturais comuns, permitindo uma leitura articulada entre particularidade empírica e totalidade social.

Os questionários revelam trajetórias escolares marcadas por interrupções precoces e baixa escolaridade, com exceção pontual do flanelinha 04, que concluiu o

ensino médio. Essa diferença, entretanto, não se converte em inserção qualitativamente distinta no mercado de trabalho, pois todos permanecem no circuito da informalidade. Tal dado empírico confirma a tese marxista de que, em contextos de capitalismo periférico, a escolarização isolada não garante mobilidade social, uma vez que o problema central reside na estrutura do mercado de trabalho e não apenas no capital humano individual.

A recorrência de trabalhos anteriores precários, como por exemplo, construção civil, serviços gerais, atividades autônomas instáveis, indica a permanência desses sujeitos em frações inferiores da classe trabalhadora, próximas à superpopulação relativa flutuante e estagnada. A migração entre ocupações precárias revela a instabilidade estrutural da força de trabalho informal.

Quando questionados sobre os motivos que os levaram à atividade de flanelinha, os entrevistados apontam ausência de alternativas, facilidade de entrada e necessidade imediata de renda. Nenhuma resposta indica a atividade como projeto profissional desejado. Do ponto de vista marxista, trata-se de uma escolha negativa, produzida pela coerção econômica. A informalidade aparece como estratégia de sobrevivência diante da exclusão do trabalho assalariado formal.

A recorrência dessa justificativa entre todos os sujeitos demonstra que a atividade de flanelinha não pode ser interpretada como desvio individual ou marginalidade voluntária, mas como resultado direto da estrutura excludente do mercado de trabalho urbano.

As respostas relativas à renda mensal evidenciam forte instabilidade e ausência de previsibilidade. Mesmo nos casos em que a renda declarada parece superior à média, como no caso do flanelinha 03, a ausência de direitos trabalhistas, previdenciários e de proteção social revela a fragilidade objetiva dessa renda. Do ponto de vista marxista, trata-se de renda desvinculada do salário enquanto forma social estável de reprodução da força de trabalho.

Essa instabilidade reforça a condição de vulnerabilidade permanente, obrigando os sujeitos a manterem-se continuamente disponíveis para o trabalho, inclusive em idade avançada ou em condições de saúde adversas.

Os questionários indicam que a relação com os motoristas é marcada por ambivalência, há situações de cordialidade, mas também episódios recorrentes de desconfiança, medo e violência simbólica. Essa ambivalência expressa a posição contraditória ocupada pelos flanelinhas no espaço urbano, ou seja, são tolerados

enquanto úteis, mas rejeitados enquanto sujeitos.

Na perspectiva de Lefebvre (2001), o espaço urbano capitalista é produzido de forma seletiva, reconhecendo plenamente apenas aqueles que participam do circuito formal do consumo e da propriedade. Os flanelinhas ocupam o espaço público, mas não detêm direito pleno sobre ele, sendo constantemente lembrados de sua condição subalterna.

As respostas às questões sobre preconceito revelam diferentes formas de invisibilidade: estigmatização explícita (associação à criminalidade), indiferença cotidiana (não-olhar) e reconhecimento condicionado ao comportamento individual. Essas variações empíricas confirmam que a invisibilidade social não é homogênea, mas assume múltiplas mediações.

Contudo, todas essas formas convergem para o mesmo resultado estrutural, a negação do reconhecimento pleno enquanto trabalhadores e cidadãos. Conforme Lukács (2003), trata-se de um processo de reificação, no qual os sujeitos são reduzidos a funções ou ameaças potenciais.

Os questionários indicam acesso limitado ou inexistente a políticas públicas, seja por ausência de documentos, seja pela insuficiência das políticas existentes. O Bolsa Família aparece como única forma de proteção em alguns casos, revelando o caráter compensatório e não estruturante das políticas sociais no capitalismo periférico.

Do ponto de vista marxista, o Estado aparece não como instância neutra de garantia de direitos, mas como mediador das contradições do capital, oferecendo respostas parciais que não alteram a estrutura da exploração.

As respostas dos entrevistados revelam elevado grau de internalização da ideologia meritocrática. Atribuições da condição social à falta de estudo ou ao comportamento individual demonstram como a dominação se reproduz também no plano simbólico. Essa consciência fragmentada não deve ser interpretada como ignorância, mas como produto das condições materiais de existência.

Os dados empíricos demonstram que a invisibilidade social dos flanelinhas de Imperatriz/MA não decorre da ausência de trabalho, mas da negação de reconhecimento do trabalho enquanto trabalho socialmente necessário. No capitalismo, o reconhecimento está condicionado à forma mercadoria do trabalho.

A invisibilidade social cumpre, portanto, uma função política central, ou seja, legitimar a precarização, disciplinar os corpos excedentes e garantir a reprodução da

ordem capitalista. Longe de ser um desvio, a invisibilidade constitui uma engrenagem essencial do capitalismo periférico, conforme evidenciado pela articulação entre teoria marxista e empiria apresentada neste capítulo.

A Culpabilização Fetichizada nos discursos dos trabalhadores flanelinhas de Imperatriz/MA

A análise dos questionários aplicados aos flanelinhas da área central, em Imperatriz/MA, evidencia que a invisibilidade social desses trabalhadores não se expressa apenas na forma como são tratados pela sociedade, mas também na maneira como eles próprios interpretam e explicam sua condição social.

Nesse sentido, os dados empíricos revelam com clareza o funcionamento do que se definiu nesta pesquisa como *culpabilização fetichizada*, isto é, o deslocamento das determinações estruturais do trabalho informal para explicações individualizantes, morais ou biográficas.

Um primeiro elemento recorrente diz respeito à associação entre baixa escolaridade e responsabilidade individual pela precariedade. Flanelinha 01, ao relatar sua trajetória, afirma ser analfabeto e associa suas dificuldades atuais à ausência de documentos e de escolarização, expressando como sonho “tirar meus documentos e tentar me aposentar e voltar ao trabalho como artesão”. Embora a falta de escolaridade seja resultado de processos históricos de exclusão educacional, o discurso aparece fetichizado, como se a precariedade atual decorresse prioritariamente de uma falha individual pretérita, e não da forma estrutural como o capitalismo periférico produz e descarta força de trabalho pouco qualificada.

Esse mesmo mecanismo aparece de forma ainda mais explícita no relato do Flanelinha 04, quando afirma que, ao ser tratado com hostilidade, “fico pensativo quando alguém trata mal, se tivesse estudado estaria melhor”. Aqui, a violência simbólica sofrida no cotidiano urbano é imediatamente reinterpretada como consequência de uma suposta insuficiência individual (“não ter estudado”), ocultando as determinações estruturais que produzem tanto a informalidade quanto o estigma associado a ela. Trata-se de um exemplo claro de internalização da culpabilização fetichizada, na qual o sujeito incorpora a lógica dominante e passa a responsabilizar a si mesmo por uma exclusão que é socialmente produzida.

A culpabilização fetichizada também se manifesta na forma como os entrevistados explicam sua inserção no trabalho de flanelinha como resultado de

escolhas ou preferências pessoais. Flanelinha 02 afirma que escolheu esse trabalho porque “é mais tranquilo”, enquanto Flanelinha 01 utiliza formulação semelhante. Essa narrativa de escolha individual obscurece o fato de que nenhum dos entrevistados teve acesso estável ao trabalho formal com direitos garantidos, evidenciando a atuação do exército industrial de reserva, que empurra trabalhadores para ocupações informais como condição de sobrevivência. A aparência de escolha encobre a coerção estrutural, reforçando o fetichismo das relações sociais.

Outro aspecto central diz respeito à naturalização do preconceito e da negação do reconhecimento. Flanelinha 01 relata que “algumas pessoas acham que sou ladrão e já vai protegendo a bolsa” e que “outras nem te olham”. Flanelinha 02 reforça essa percepção ao afirmar que “algumas pessoas nem olham pra você”. A invisibilidade social aparece, assim, não apenas como ausência de interação, mas como negação ativa da condição de sujeito, frequentemente acompanhada de suspeição moral.

Em vários relatos, contudo, essa violência simbólica é relativizada ou naturalizada pelos próprios trabalhadores. Flanelinha 03, por exemplo, afirma que “se tratar bem você também é bem tratado” e que “não tem o que reclamar”. Tal discurso sugere que o reconhecimento depende fundamentalmente do comportamento individual, reforçando a lógica da culpabilização fetichizada, ou seja, a dignidade deixa de ser entendida como direito social e passa a ser percebida como recompensa moral por atitudes adequadas.

A análise comparativa dos questionários revela, portanto, que a *culpabilização fetichizada* opera em dois níveis articulados. No plano externo, manifesta-se na forma como a sociedade urbana percebe e trata os flanelinhas, como potenciais ameaças, sujeitos suspeitos ou simplesmente invisíveis. E no plano interno, expressa-se na incorporação dessas representações pelos próprios trabalhadores, que passam a explicar sua condição por déficits pessoais (falta de estudo, documentos, escolhas individuais), e não pelas determinações da totalidade social.

Essa dinâmica confirma a ideia central desta pesquisa, que a invisibilidade social dos flanelinhas não é apenas resultado da indiferença, mas de um processo ativo de fetichização da culpa, que desloca a responsabilidade estrutural do capitalismo para os indivíduos. A *culpabilização fetichizada* cumpre, assim, uma função ideológica fundamental, pois fragmenta experiências coletivas, enfraquece a consciência de classe e contribui para a reprodução das relações de exploração no capitalismo periférico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo desta investigação permitiu compreender a invisibilidade social dos flanelinhas que atuam na área central da cidade de Imperatriz/MA, não como um fenômeno episódico ou decorrente de trajetórias individuais isoladas, mas como uma expressão estrutural da forma como o capitalismo organiza o trabalho, o espaço urbano e as relações sociais. A articulação entre os dados empíricos e o referencial teórico marxista revelou que a invisibilidade não resulta da ausência de trabalho, mas da negação do reconhecimento social do trabalho informal enquanto trabalho socialmente necessário.

Os relatos dos sujeitos pesquisados evidenciam que o trabalho dos flanelinhas cumpre funções objetivas na dinâmica urbana, por exemplo, a organização do estacionamento, vigilância informal dos veículos, mediação cotidiana entre fluxo de automóveis e espaço público, mas permanece desqualificado do ponto de vista social, simbólico e institucional. Essa contradição confirma a centralidade da categoria trabalho para a compreensão da invisibilidade social, ou seja, no capitalismo, apenas o trabalho que se realiza sob a forma assalariada e juridicamente reconhecida tende a ser legitimado como trabalho pleno.

Do ponto de vista da totalidade social, os flanelinhas analisados integram a superpopulação relativa descrita por Marx (2017), ocupando uma posição funcional à reprodução do capital, ainda que marcada pela precariedade extrema. Sua existência exerce pressão indireta sobre o mercado de trabalho formal, contribui para a naturalização da informalidade e evidencia o caráter estrutural da desigualdade social no capitalismo periférico brasileiro. A informalidade, longe de representar um resíduo do atraso, mostra-se como elemento constitutivo da acumulação capitalista dependente.

A partir da articulação entre os dados empíricos e a totalidade social, observa-se que a invisibilidade social opera mediante um duplo movimento, de um lado, a presença objetiva desses trabalhadores no cotidiano urbano e de outro, sua negação enquanto sujeitos sociais portadores de direitos, reconhecimento e historicidade. Tal contradição não é acidental, mas corresponde à lógica do fetichismo das relações sociais, pela qual os efeitos da exploração são ocultados e naturalizados.

É nesse contexto que esta pesquisa desenvolve a categoria analítica de *culpabilização fetichizada*, entendida como o processo ideológico por meio do qual

contradições estruturais do capitalismo são deslocadas para a responsabilidade individual dos sujeitos subalternizados. Derivada do conceito marxiano de fetichismo da mercadoria, essa categoria permite, como já desenvolvido ao longo desta escrita, compreender como a pobreza, a informalidade e a exclusão passam a ser interpretadas como falhas morais ou trajetórias pessoais malsucedidas, e não como expressões necessárias da dinâmica de acumulação capitalista.

Os relatos dos trabalhadores analisados indicam a internalização parcial desse discurso culpabilizante, evidenciando que a invisibilidade social não se limita ao plano externo do reconhecimento, mas alcança a dimensão subjetiva, produzindo formas de auto-responsabilização e auto-negação enquanto pertencentes à classe trabalhadora. Tal processo contribui para a fragmentação das experiências coletivas e para o enfraquecimento da consciência de classe, operando como mecanismo de reprodução da dominação social.

O ineditismo da categoria de *culpabilização fetichizada* reside em sua capacidade de articular invisibilidade social e fetichismo, evidenciando que o apagamento simbólico dos sujeitos é reforçado por um deslocamento ativo da culpa, funcional à manutenção da ordem social. A invisibilidade, nesse sentido, não decorre apenas da ausência de olhar, mas da presença de um olhar fetichizado, que reconhece o sujeito apenas como problema individual ou resíduo social.

A análise empírica também revelou a força da ideologia dominante na conformação das subjetividades. A recorrente individualização da responsabilidade pela exclusão, expressa em discursos meritocráticos, na culpabilização pela baixa escolaridade ou na crença de que o respeito depende do comportamento individual, demonstra como a dominação se reproduz não apenas por meio de mecanismos econômicos, mas também simbólicos. Nesse sentido, a invisibilidade social opera como forma de dominação ideológica, ao ocultar as determinações estruturais da exploração e deslocar o conflito social para o plano moral, ou seja, pela culpabilização fetichizada.

Ao mesmo tempo, os dados evidenciam que a invisibilidade não se manifesta de maneira homogênea. Ela assume diferentes formas, como por exemplo, estigmatização ativa, indiferença, desumanização, naturalização, que variam conforme idade, trajetória laboral, escolaridade e experiências de violência simbólica. Essas variações não negam o caráter estrutural da invisibilidade, mas revelam suas múltiplas mediações no cotidiano dos sujeitos, confirmando a necessidade de uma

análise dialética que articule particularidade e universalidade.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a articulação entre a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), a abordagem qualitativa interpretativa (Minayo, 2014) e o materialismo histórico-dialético mostrou-se fecunda para apreender a complexidade do fenômeno investigado. Essa combinação permitiu compreender as falas dos sujeitos como expressões de uma consciência social historicamente produzida, evitando leituras descritivas ou psicologizantes e situando a experiência individual no interior da totalidade social.

Em termos mais amplos, esta pesquisa contribui para o debate crítico sobre trabalho e invisibilidade social ao evidenciar que a marginalização de trabalhadores informais não constitui um desvio do sistema, mas uma de suas engrenagens centrais. A invisibilidade social funciona como mecanismo de disciplinamento dos corpos excedentes, de legitimação da precarização e de manutenção da ordem social desigual. Tornar visíveis esses trabalhadores, portanto, não se resume a uma questão de reconhecimento simbólico, mas implica questionar as bases estruturais da sociabilidade capitalista.

Por fim, a análise dos flanelinhas de Imperatriz/MA aponta para a necessidade de políticas públicas que superem abordagens assistencialistas e reconheçam o trabalho informal como expressão de uma questão social estrutural. No entanto, à luz da perspectiva marxista adotada, tais políticas só poderão produzir transformações efetivas se articuladas a mudanças mais profundas na organização do trabalho e na forma de produção da vida social. Assim, a invisibilidade social aqui analisada não é apenas um objeto empírico, mas uma chave interpretativa para compreender as contradições do capitalismo contemporâneo e os limites da cidadania em sociedades marcadas pela desigualdade estrutural.

Ao reinscrever a análise da invisibilidade social no horizonte da totalidade marxista, esta pesquisa reafirma a centralidade da categoria trabalho e da luta de classes para a compreensão das formas contemporâneas de exclusão. A superação da invisibilidade social exige, portanto, não apenas políticas de reconhecimento, mas a desfetichização das relações sociais, recolocando a desigualdade no campo das determinações estruturais e da transformação histórica da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CELEGUIM, Maria Regina; ROESLER, Marli Renate von Borstel. Invisibilidade social: a exclusão simbólica e a negação do outro. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 385–393, 2009.

COSTA, Fernando Braga; CONSTANTINO, Roseli Fernandes. *Invisibilidade pública: a psicodinâmica da invisibilidade social*. São Paulo: Cortez, 2007.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DEMO, Pedro. *Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Edição organizada por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000–2002. 6 v.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Dayane da Silva; SANTOS, Gabriel Alves; PINHEIRO, Klewton et al. *Análise da arborização viária do bairro Beira Rio da cidade de Imperatriz – MA. Research, Society and Development*, v. 11, n. 4, e20011422599, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i4.22599.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, Georg. *Para uma ontologia do ser social*. 2 v. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana*. São Paulo: Edusp, 2002.

SAWAIA, Bader Burihan. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à lava-jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.



WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ANEXO METODOLÓGICO

Este anexo tem por finalidade explicitar, de forma sistemática, o estatuto teórico, metodológico e epistemológico da categoria analítica *culpabilização fetichizada*, proposta e desenvolvida neste trabalho, bem como antecipar e responder a possíveis questionamentos críticos acerca de seu uso, originalidade e filiação teórica. A inclusão deste anexo visa reforçar a consistência conceitual, a transparência metodológica e a segurança acadêmica da pesquisa.

Culpabilização fetichizada é uma categoria teórico-analítica proposta nesta investigação para designar o processo ideológico pelo qual as determinações estruturais da exploração capitalista, da desigualdade social e da exclusão do trabalho formal são ocultadas e deslocadas para explicações individualizantes, morais ou subjetivas, fazendo com que os próprios sujeitos subalternizados passem a responsabilizar a si mesmos por condições socialmente produzidas.

A categoria articula-se diretamente à crítica marxiana do fetichismo das relações sociais, especialmente conforme desenvolvida por Marx em *O Capital*, ao evidenciar que, no capitalismo, as relações sociais entre classes aparecem como relações naturais, inevitáveis ou derivadas de atributos individuais. Na *culpabilização fetichizada*, esse fetichismo assume uma forma específica, a transformação da pobreza, da informalidade e da invisibilidade social em falhas pessoais, escolhas individuais ou déficits morais, obscurecendo as mediações históricas e estruturais que produzem tais condições.

A categoria *culpabilização fetichizada* não se encontra formulada de modo explícito ou sistematizado na obra de Karl Marx ou em autores marxistas posteriores. Contudo, ela se ancora diretamente na crítica marxiana do fetichismo das relações sociais, particularmente na análise de como determinações históricas e estruturais do modo de produção capitalista aparecem, no plano da consciência, como atributos naturais, individuais ou morais.

A contribuição desta pesquisa consiste em desdobrar criticamente essa tradição, construindo uma mediação conceitual capaz de apreender um fenômeno empírico recorrente no capitalismo contemporâneo, o deslocamento da causalidade da desigualdade social da estrutura para o indivíduo, inclusive no interior das próprias classes subalternas.

Diferentemente de abordagens que tratam a culpabilização apenas como discurso externo das classes dominantes, a culpabilização fetichizada enfatiza seu

caráter internalizado, isto é, a incorporação, pelos próprios trabalhadores precarizados, da lógica dominante que os responsabiliza por sua situação social. Trata-se, portanto, de um mecanismo ideológico que opera simultaneamente no plano objetivo, por meio das instituições, políticas públicas e discursos hegemônicos, e no plano subjetivo, moldando percepções, expectativas e autoexplicações dos sujeitos explorados.

No contexto do capitalismo periférico e da expansão do trabalho informal, a culpabilização fetichizada cumpre uma função central na reprodução das relações sociais, pois contribui para a desmobilização da consciência de classe, fragmenta experiências coletivas de exploração e dificulta a percepção da totalidade social. Ao deslocar a causalidade da desigualdade para o indivíduo, neutraliza-se a possibilidade de leitura estrutural do conflito capital–trabalho e reforça-se a naturalização da exclusão como destino pessoal.

Do ponto de vista metodológico, a categoria foi construída a partir da articulação entre teoria crítica marxista e análise empírica qualitativa, emergindo da interpretação de narrativas de trabalhadores informais que explicam sua condição social prioritariamente em termos individuais (falta de estudo, documentos, mérito, comportamento), mesmo quando suas trajetórias revelam processos estruturais de expulsão do mercado formal de trabalho. Nesse sentido, a culpabilização fetichizada opera como categoria mediadora, permitindo apreender o vínculo entre estrutura econômica, ideologia e subjetividade.

Embora dialogue com conceitos como fetichismo da mercadoria (Marx, 2017), hegemonia (Gramsci, 2000), violência simbólica (Bourdieu, 2002) e gestão neoliberal da pobreza (Dardot e Laval, 2016), a culpabilização fetichizada constitui uma formulação original, elaborada no âmbito da presente pesquisa, não identificada como categoria sistematizada na literatura marxista ou sociológica revisada até o momento. Seu foco analítico recai especificamente sobre o processo de deslocamento causal, pelo qual a estrutura de exploração capitalista é ocultada e substituída por explicações individualizantes, frequentemente incorporadas pelos próprios sujeitos explorados.

Trata-se, portanto, de uma categoria mediadora, que permite compreender a articulação entre estrutura econômica, ideologia dominante e formas de consciência social.

Seu ineditismo reside justamente na explicitação do nexo entre fetichismo, responsabilização individual e invisibilidade social no cotidiano do trabalho informal

urbano. O ineditismo da categoria *culpabilização fetichizada* manifesta-se em três níveis articulados, são eles: **a)** na nomeação conceitual do fenômeno, inexistente de forma sistematizada na literatura revisada; **b)** na articulação entre fetichismo, responsabilização individual e invisibilidade social, especialmente no contexto do trabalho informal urbano; **c)** na construção empírica da categoria, a partir da análise qualitativa das narrativas de trabalhadores flanelinhas em Imperatriz/MA.

Dessa forma, a categoria não se apresenta como ruptura com a tradição marxista, mas como contribuição original situada, elaborada no âmbito desta pesquisa.

A principal utilidade analítica da *culpabilização fetichizada* reside em permitir compreender por que, mesmo diante de condições objetivas de exploração, precarização e exclusão, os sujeitos tendem a interpretar sua situação como resultado de falhas pessoais. A categoria esclarece, assim, os mecanismos ideológicos que contribuem para a reprodução da dominação, a fragilização da consciência de classe e a naturalização da invisibilidade social.

A *culpabilização fetichizada* expressa uma das formas pelas quais a racionalidade neoliberal se materializa no cotidiano social. Contudo, não se limita ao discurso neoliberal explícito, alcançando sua internalização prática, inclusive entre sujeitos que não se identificam ideologicamente com tal racionalidade. Ela evidencia como o neoliberalismo opera como forma social objetiva, e não apenas como ideologia declarada.

Logo, a categoria não opera no plano psicológico ou individualizante. As narrativas dos sujeitos não são analisadas como estados mentais isolados, mas como expressões de formas sociais de consciência, historicamente produzidas. Nesse sentido, a culpabilização fetichizada está plenamente alinhada à tradição marxista da crítica da ideologia, compreendendo a subjetividade como mediação social e histórica.

A categoria *culpabilização fetichizada* contribui para a sociologia crítica ao oferecer uma ferramenta analítica capaz de apreender a reprodução da desigualdade no nível da consciência social. Ao evidenciar como a culpa é fetichizada e internalizada, amplia-se a capacidade interpretativa do marxismo para compreender a persistência da invisibilidade social e da dominação no cotidiano urbano.

A pesquisa não busca generalização estatística, mas generalização teórica, conforme a tradição da pesquisa qualitativa crítica. A categoria emerge de um contexto empírico específico, mas expressa tendências estruturais do capitalismo



contemporâneo, particularmente visíveis no trabalho informal urbano em formações sociais periféricas.

Reforçamos que a categoria não pretende substituir conceitos clássicos da tradição marxista, mas operar como mediação analítica, fiel ao materialismo histórico-dialético, capaz de interpretar empiricamente formas contemporâneas de exploração, exclusão e invisibilidade social.